TesouroNacional

Janeiro/2015
Vol. 21, N. 1

Resultado do **Tesouro Nacional**

Brasília
Fevereiro/2015

TesouroNacional

MINISTRO DA FAZENDA
Joaquim Vieira Ferreira Levy

SECRETÁRIO-EXECUTIVO
Tarcísio José Massote de Godoy

SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL
Marcelo Barbosa Saintive

SUBSECRETÁRIOS
Cleber Ubiratan de Oliveira
Eduardo Coutinho Guerra
Gilvan da Silva Dantas
Líscio Fábio de Brasil Camargo
Marcus Pereira Aucélio
Paulo Fontoura Valle

COORDENADORA-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS
Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos

COORDENADOR DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS
Alex Pereira Benício

EQUIPE
Bruno Fabrício Ferreira da Rocha
Erika Medeiros de Siqueira
Fernando Cardoso Ferraz
Gabriel Gdalevici Junqueira
Jailison Weilly Silveira
Leandro de Lima Galvão

Arte
Projeto Gráfico: Renato Barbosa e Karla Rocha
Co-autoria do Projeto Gráfico: Alline Luz e Viviane Barros
Diagramação: Renato Barbosa

O Resultado do Tesouro Nacional é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Informações:
Tel: (61) 3412-2203
Fax: (61) 3412-1700

Correio Eletrônico: cesef.df.stn@fazenda.gov.br

Home Page: http://www.tesouro.gov.br

Ministério da Fazenda
Esplanada dos Ministérios, bloco P, anexo, 1º andar, ala B, sala 134
70048-902 - Brasília-DF

Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – v. 20, n. 12 (dezembro 2014). – Brasília : STN, 1995_.

Mensal.
Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.
ISSN 1519-2970

1.Finanças públicas – Periódicos. 2.Receita pública – Periódicos. 3.Despesa pública – Periódicos.
1. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional.

CDD 336.005

Sumário

Resultado Fiscal do Governo Central....5

Receitas do Tesouro Nacional....7

Transferências do Tesouro Nacional....10

Despesas do Tesouro Nacional....12

Previdência Social....17

Dívida Líquida do Tesouro Nacional....20

Dívida Interna Líquida....21

Dívida Externa Líquida....24

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Resultado Primário do Governo Central....5

Tabela 2 - Resultado do Governo Central - % PIB....6

Tabela 3 - Receitas Primárias do Governo Central....7

Tabela 4 - Receita Bruta do Tesouro Nacional - % PIB....9

Tabela 5 - Transferências a Estados e Municípios....10

Tabela 6 - Transferências a Estados e Municípios - % PIB....11

Tabela 7 - Despesas Primárias do Governo Central....12

Tabela 8 - Outras Despesas de Custeio e Capital - Resultado Mensal....13

Tabela 9 - Outras Despesas de Custeio e Capital - Resultado Acumulado no Ano....14

Tabela 10 - Subsídios e Subvenções Econômicas - Operações Oficiais de Crédito - Resultado Acumulado no Ano....15

Tabela 11 - Quantidade de Benefícios Emitidos LOAS - Média Acumulada no Ano....16

Tabela 12 - Despesas do Tesouro Nacional - % PIB....16

Tabela 13 - Resultado Primário da Previdência Social....17

Tabela 14 - Resultado da Previdência Social - % PIB....19

Tabela 15 - Quantidade de Benefícios Emitidos pela Previdência Social....19

Tabela 16 - Divida Líquida do Tesouro Nacional....20

Tabela 17 - Divida Interna Líquida do Tesouro Nacional....21

Tabela 18 - Divida Mobiliária Interna do Tesouro Nacional....21
Tabela 19 - Variação da Dívida Mobiliária Interna do Tesouro Nacional....22
Tabela 20 - Haveres Internos do Tesouro Nacional....23
Tabela 21 - Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional....24
Tabela 22 - Variação da Dívida Externa do Tesouro Nacional....24

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Receitas, Despesas e Resultado do Governo Central....6
Gráfico 2 - Resultado do Governo Central....6
Gráfico 3 - Receita Bruta do Tesouro Nacional - Resultado Mensal....8
Gráfico 4 - Receita Bruta do Tesouro Nacional - Resultado Acumulado no Ano....9
Gráfico 5 - Base de Cálculo Transferências Constitucionais....10
Gráfico 6 - Despesas do Tesouro Nacional - Resultado Mensal....13
Gráfico 7 - Despesas de Custeio e Capital - Resultado Mensal....13
Gráfico 8 - Despesas do Tesouro Nacional - Resultado Acumulado no Ano....14
Gráfico 9 - Despesas de Custeio e Capital - Resultado Acumulado no Ano....14
Gráfico 10 - Execução de Restos a Pagar....15
Gráfico 11 - Benefícios Emitidos da Previdência....18
Gráfico 12 - Dívida Líquida do Tesouro Nacional....20

Resultado Fiscal do Governo Central

Em janeiro de 2015, o resultado primário do Governo Central foi superavitário em R$ 10,4 bilhões, contra R$ 1,0 bilhão em dezembro de 2014. O Tesouro Nacional registrou superávit de R$ 16,2 bilhões enquanto a Previdência Social (RGPS) e o Banco Central apresentaram déficits de R$ 5,7 bilhões e R$ 140,5 milhões, respectivamente.

R$ Milhões

Tabela 1 - Resultado Primário do Governo Central [1] - Brasil - 2014/2015

Discriminação do Resultado	Dez/14	Jan/15	Variação %	Jan 2014	Jan 2015	Variação %
I. RECEITA TOTAL	121.011,2	125.425,1	3,6%	125.061,7	125.425,1	0,3%
Receitas do Tesouro	76.885,3	99.401,1	29,3%	100.211,5	99.401,1	-0,8%
Receitas da Previdência Social	43.717,3	25.916,2	-40,7%	24.529,8	25.916,2	5,7%
Receitas do Banco Central	408,5	107,8	-73,6%	320,3	107,8	-66,4%
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	21.929,0	22.489,3	2,6%	21.995,3	22.489,3	2,2%
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	99.082,2	102.935,7	3,9%	103.066,4	102.935,7	-0,1%
IV. DESPESA TOTAL	98.043,0	92.530,4	-5,6%	90.030,1	92.530,4	2,8%
Despesas do Tesouro	55.769,3	60.714,3	8,9%	60.672,0	60.714,3	0,1%
Despesas da Previdência Social (Benefícios)	41.948,2	31.567,8	-24,7%	29.125,1	31.567,8	8,4%
Despesas do Banco Central	325,5	248,3	-23,7%	233,0	248,3	6,6%
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB [2]	0,0	0,0	-	0,0	0,0	-
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV + V)	1.039,2	10.405,3	901,3%	13.036,3	10.405,3	-20,2%
Tesouro Nacional	-813,0	16.197,4	-	17.544,2	16.197,4	-7,7%
Previdência Social (RGPS)	1.769,1	-5.651,6	-	-4.595,2	-5.651,6	23,0%
Banco Central [3]	83,0	-140,5	-	87,4	-140,5	-
VII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB				3,20%	2,41%	

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. A partir de 01/03/2012, inclui recurso de complementação do FGTS e despesas realizadas com recursos dessa contribuição, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

O resultado primário do Governo Central, em janeiro de 2015, foi superavitário em R$ 10,4 bilhões, contra R$ 1,0 bilhão registrado no mês anterior.

As receitas do Governo Central aumentaram R$ 4,4 bilhões (3,6%), passando de R$ 121,0 bilhões em dezembro de 2014 para R$ 125,4 bilhões em janeiro de 2015 em função do recebimento sazonal em janeiro da 1ª ou única cota do IRPJ e da CSLL referente ao resultado do último trimestre de 2014 e do efeito sazonal das receitas previdenciárias em dezembro incidentes sobre o 13º salário.

As transferências da União aos Estados e Municípios apresentaram aumento de R$ 560,3 milhões (2,6%). Este resultado decorre principalmente do incremento das transferências associadas ao Fundeb, alcançando R$ 2,2 bilhões (Portarias Interministeriais nº 19/2013 e nº 17/2014) em janeiro de 2015 parcialmente compensado pela redução de R$ 1,5 bilhão (2,6%) nas transferências constitucionais, devido ao repasse previsto na Emenda Constitucional nº 55/2007 (1,0% do FPM), ocorrido em dezembro.

Gráfico 1. Receitas, Despesas e Resultado do Governo Central Brasil - 2013/2014 - R$ Bilhões

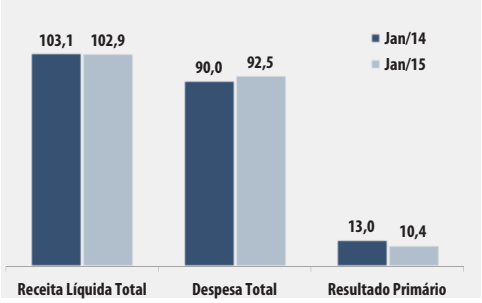
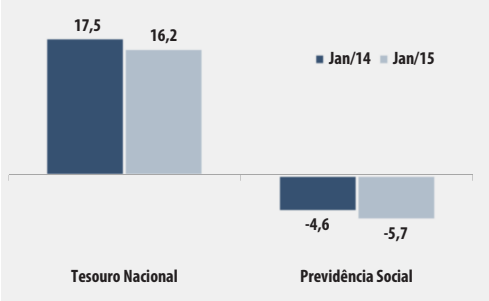


Gráfico 2. Resultado do Governo Central Brasil - 2013/2014 - R$ Bilhões



As despesas do Governo Central apresentaram decréscimo de R$ 5,5 bilhões (5,6%) em relação ao mês anterior.

As despesas do Governo Central apresentaram decréscimo de R$ 5,5 bilhões (5,6%) no comparativo entre dezembro de 2014 e janeiro de 2015. Observou-se redução de R$ 10,4 bilhões (24,7%) nas despesas da Previdência Social, sobretudo devido ao pagamento da última parcela relativa à gratificação natalina dos segurados e dependentes da Previdência (Decreto nº 8.292/2014) no mês de dezembro de 2014. Por sua vez, as despesas de pessoal e encargos sociais apresentaram diminuição de R$ 3,0 bilhões (13,1%) também relacionadas pelo pagamento, em dezembro de 2014, da parcela de gratificação natalina (13º salário) aos servidores do Governo Federal. O decréscimo nas despesas do Governo Central foi parcialmente compensado pelo aumento de R$ 5,2 bilhões em outras despesas de custeio e capital.

Comparativamente a janeiro de 2014, houve decréscimo de R$ 2,6 bilhões (20,2%) no resultado primário do Governo Central, passando de um de superávit de R$ 13,0 bilhões em 2014 para R$ 10,4 bilhões em 2015.

Em relação a janeiro de 2014, o resultado do Governo Central, decresceu R$ 2,6 bilhões, reflexo do decréscimo nominal de 0,1% nas receitas líquidas e incremento de 2,8% nas despesas totais, principalmente em benefícios previdenciários.

As receitas do Governo Central apresentaram elevação de R$ 363,4 milhões (0,3%) em relação a janeiro de 2014. Desse montante destaca-se o crescimento de R$ 1,4 bilhão (5,7%) em receitas previdenciárias e de R$ 826,9 milhões (1,6%) em receitas de impostos. Por sua vez, houve um aumento de R$ 1,5 bilhão nas restituições, impactando negativamente as receitas do Governo Central.

As transferências a Estados e Municípios apresentaram aumento de R$ 494,0 bilhões (2,2%) em relação a janeiro de 2014, em virtude, principalmente, do crescimento de R$ 2,2 bilhões relacionado ao Fundeb, compensado, em grande medida, pela redução de R$ 2,1 bilhões nas transferências relativas à Lei Complementar nº 115/2002.

As despesas do Governo Central cresceram R$ 2,5 bilhões (2,8%), se comparadas a janeiro de 2014, destacando-se os incrementos de R$ 2,4 bilhões (8,4%) nas despesas da Previdência Social e de R$ 868,0 (4,5%) com pessoal e encargos sociais. Por sua vez houve redução de R$ 890,8 milhões (15,7%) nas despesas do FAT compensando, parcialmente, o aumento das despesas.

% PIB

Tabela 2 - Resultado do Governo Central - Brasil - 2014/2015

Discriminação	Jan	
	2014	2015
GOVERNO CENTRAL	3,20%	2,41%
Tesouro Nacional	4,30%	3,75%
Previdência Social	-1,13%	-1,31%
Banco Central	0,02%	-0,03%

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração.

Receitas do
Tesouro Nacional

R$ Milhões

Tabela 3 - Receitas Primárias do Governo Central [1] - Brasil - 2014/2015						
Discriminação do Resultado	Dez/14	Jan/15	Variação %	Jan 2014	Jan 2015	Variação %
I. RECEITA TOTAL	121.011,2	125.425,1	3,6%	125.061,7	125.425,1	0,3%
I.1. Receitas do Tesouro	76.885,3	99.401,1	29,3%	100.211,5	99.401,1	-0,8%
Receita Bruta [2]	79.485,9	101.257,3	27,4%	100.618,4	101.257,3	0,6%
Impostos	43.062,8	51.164,1	18,8%	50.337,2	51.164,1	1,6%
IR	31.900,6	39.929,4	25,2%	39.740,1	39.929,4	0,5%
IPI	5.318,8	5.420,9	1,9%	4.976,1	5.420,9	8,9%
Outros	5.843,4	5.813,7	-0,5%	5.620,9	5.813,7	3,4%
Contribuições	28.225,4	38.268,5	35,6%	37.652,0	38.268,5	1,6%
Cofins	16.817,9	18.099,1	7,6%	17.573,0	18.099,1	3,0%
CSLL	4.361,5	11.378,7	160,9%	11.669,0	11.378,7	-2,5%
Pis/Pasep	4.502,2	4.922,7	9,3%	4.826,6	4.922,7	2,0%
Cide-Combustíveis	0,5	0,5	0,7%	0,8	0,5	-40,0%
Outras	2.543,4	3.867,6	52,1%	3.582,7	3.867,6	8,0%
Demais	8.197,8	11.824,6	44,2%	12.629,2	11.824,6	-6,4%
Cota parte de compensações financeiras	1.669,8	4.725,8	183,0%	6.341,5	4.725,8	-25,5%
Diretamente arrecadadas	3.565,5	4.236,9	18,8%	3.924,1	4.236,9	8,0%
Concessões	5.106,3	301,8	-94,1%	741,3	301,8	-59,3%
Dividendos	1.036,8	0,0	-100,0%	0,0	0,0	-89,2%
Outras	-3.180,6	2.560,2	-	1.622,4	2.560,2	57,8%
(-) Restituições	-2.600,6	-1.856,1	-28,6%	-405,3	-1.856,1	358,0%
(-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	-	-1,6	-	-
I.2. Receitas da Previdência Social [3]	43.717,3	25.916,2	-40,7%	24.529,8	25.916,2	5,7%
Receitas da Previdência Social - Urbano	43.057,8	25.424,1	-41,0%	24.078,2	25.424,1	5,6%
Receitas da Previdência Social - Rural	659,6	492,1	-25,4%	451,6	492,1	9,0%
I.3. Receitas do Banco Central	408,5	107,8	-73,6%	320,3	107,8	-66,4%

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração.
1. Apurado pelo conceito de "caixa", que corresponde ao ingresso efetivo na Conta Única. A partir de 01/03/2012, inclui recursos de complementação do FGTS, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.
2. Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.
3. Fonte: Ministério da Previdência Social. A Apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

A Receita do Governo Central apresentou acréscimo de 3,6% relativamente ao mês anterior.

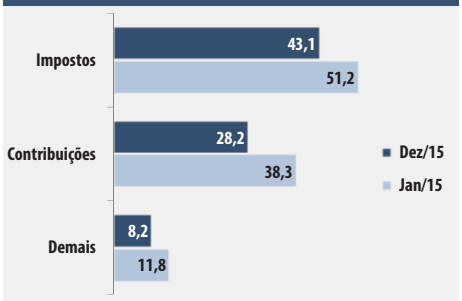
Receitas do Tesouro Nacional
Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior

A receita bruta do Tesouro Nacional apresentou acréscimo de R$ 21,8 bilhões (27,4%), passando de R$ 79,5 bilhões, em dezembro de 2014, para R$ 101,3 bilhões em janeiro de 2015. Este comportamento é explicado principalmente pela elevação de: (i) R$ 10,0 bilhões (35,6%) na arrecadação de contribuições; (ii) R$ 8,1 bilhões (18,8%) na arrecadação de impostos; e (iii) R$ 3,6 bilhões (44,2%) no ingresso de demais receitas.

As receitas de impostos federais totalizaram R$ 51,2 bilhões e as de contribuições R$ 38,3 bilhões, apresentando em seu conjunto um acréscimo de R$ 18,1 bilhões (25,5%) em relação aos valores apurados em dezembro de 2014. Essa evolução decorre sobretudo devido aos seguintes fatores:

i) elevação de R$ 9,1 bilhões (79,6%) na arrecadação com IRPJ e de R$ 7,0 bilhões (160,9%) na arrecadação com CSLL, em função do pagamento da 1ª ou única cota do IRPJ e da CSLL relativo ao resultado do último trimestre de 2014 e da antecipação de recolhimento do item Declaração de Ajuste de IRPJ e CSLL em janeiro de 2015;

Gráfico 3. Receita Bruta do Tesouro Nacional Brasil - 2014 - R$ Bilhões



A receita bruta do Tesouro Nacional cresceu R$ 21,8 bilhões (27,4%) em relação ao mês anterior.

ii) aumento de R$ 1,3 bilhão (7,6%) na arrecadação da Cofins; e

iii) crescimento de R$ 1,1 bilhão (69,5%) na arrecadação do salário educação compensada por uma redução de igual magnitude (R$ 1,1 bilhão) na arrecadação do IRRF.

As demais receitas do Tesouro Nacional registraram elevação de R$ 3,6 bilhões (44,2%), principalmente devido a:

i) aumento de R$ 5,8 bilhões em outras receitas, sobretudo em função da reclassificação das receitas, em dezembro de 2014, no âmbito dos parcelamentos especiais de 2013 (Lei nº 12.865/13) e de 2014 (Lei nº 12.996/14);

ii) elevação de R$ 3,1 bilhões (183,0%) na receita de cota parte de compensações financeiras em função da arrecadação trimestral, em janeiro, da participação especial relativa à exploração de petróleo;

iii) redução de R$ 4,8 bilhões (94,1%) nas receitas de concessões em função, principalmente, de receitas, em dezembro de 2014, advindas da outorga de serviços de telecomunicações (4G); e

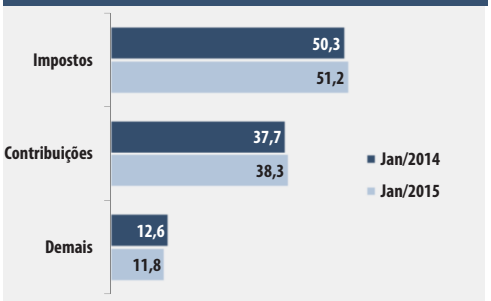
iv) diminuição de R$ 1,0 bilhão (100,0%) na receita de dividendos.

Receitas do Tesouro Nacional
Resultado Acumulado no Ano em Relação ao Ano Anterior

Na comparação com janeiro de 2014, a receita bruta do Tesouro Nacional apresentou crescimento de R$ 638,8 milhões (0,6%), passando de R$ 100,6 bilhões para R$ 101,3 bilhões. Esse comportamento deveu-se, em grande medida ao aumento de R$ 826,9 milhões (1,6%) na arrecadação de impostos e de R$ 616,5 milhões (1,6%) na arrecadação de contribuições parcialmente compensados pela diminuição em R$ 804,6 milhões (6,4%) na demais receitas.

As variações na arrecadação de impostos e contribuições decorreram, principalmente, dos seguintes fatores:

Gráfico 4. Receita Bruta do Tesouro Nacional Brasil - 2013/2014 - R$ Bilhões



i) elevação de R$ 2,0 bilhões (12,2%) na arrecadação com IRRF, sobretudo em função do IRRF – Rendimentos do Trabalho;

ii) aumento de R$ 526,1 milhões (3,0%) na arrecadação de Cofins;

iii) acréscimo de R$ 444,8 milhões (8,9%) na arrecadação de IPI; e

iv) redução de R$ 1,7 bilhão (7,7%) e de R$ 290,3 milhões (2,5%) na arrecadação de IRPJ e da CSLL, respectivamente, devido à concentração de pagamentos de ajuste anual relativos a esses tributos em janeiro de 2014.

O conjunto das demais receitas do Tesouro Nacional apresentou redução de R$ 804,6 milhões (6,4%), em relação ao janeiro de 2014, em função, principalmente, da redução de R$ 1,6 bilhão (25,5%) nas receitas de cota parte de compensações financeiras, devido a redução do preço internacional e da produção de petróleo e de R$ 439,5 milhões (59,3%) nas receitas de concessões, parcialmente compensadas por uma elevação de R$ 848,7 milhões (140,3%) nas outras receitas.

Em relação a janeiro de 2014, a receita bruta do Tesouro Nacional apresentou crescimento de R$ 638,8 milhões (0,6%).

% PIB

Tabela 4 - Receita Bruta do Tesouro Nacional - Brasil - 2014/2015

Discriminação	Jan	
	2014	2015
RECEITA BRUTA [1]	24,66%	23,46%
Impostos	12,34%	11,85%
IR	9,74%	9,25%
IPI	1,22%	1,26%
Outros	1,38%	1,35%
Contribuições	9,23%	8,86%
Cofins	4,31%	4,19%
CSLL	2,86%	2,64%
Pis/Pasep	1,18%	1,14%
Cide-Combustíveis	0,00%	0,00%
Outras	0,88%	0,90%
Demais	3,10%	2,74%
Cota parte de compensações financeiras	1,55%	1,09%
Diretamente arrecadadas	0,96%	0,98%
Concessões	0,18%	0,07%
Dividendos	0,00%	0,00%
Outras	0,40%	0,59%

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração.
1. Os valores referentes a retenção na fonte e Refis foram distribuídos nos respectivos tributos.

Transferências do Tesouro Nacional

As transferências a Estados e Municípios apresentaram acréscimo de R$ 560,3 milhões (2,6%) em janeiro de 2015, frente a dezembro de 2014 refletindo, sobretudo, a elevação nas transferências relacionadas ao Fundeb.

R$ Milhões

Tabela 5 - Transferências a Estados e Municípios - Brasil - 2014/2015

Discriminação do Resultado	Dez/14	Jan/15	Variação %	Jan 2014	Jan 2015	Variação %
TRANSFERÊNCIAS TOTAL	21.929,0	22.489,3	2,6%	21.995,3	22.489,3	2,2%
Transferências Constitucionais	18.037,8	16.509,4	-8,5%	16.050,8	16.509,4	2,9%
Lei Complementar 87/1996 - Lei Complementar 115/2002 [1]	325,0	-	-	2.112,5	-	-
Transferências da Cide - Combustíveis	0,0	2,2	-	116,1	2,2	-98,1%
Demais Transferências	3.566,2	5.977,7	67,6%	3.715,9	5.977,7	60,9%
Salário Educação	880,9	1.811,9	105,7%	1.631,6	1.811,9	11,0%
Royalties	1.903,9	1.198,5	-37,0%	1.339,3	1.198,5	-10,5%
Fundef/Fundeb	685,8	2.911,3	324,5%	682,9	2.911,3	326,3%
Outras	95,7	56,0	-41,5%	62,0	56,0	-9,8%

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração.

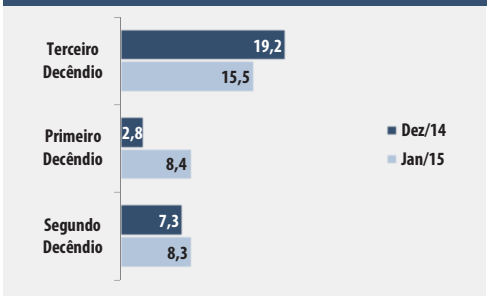
Transferências do Tesouro Nacional
Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior

Em janeiro de 2015, as transferências da União aos Estados e Municípios apresentaram crescimento de R$ 560,3 milhões (2,6%), totalizando R$ 22,5 bilhões, contra R$ 22,0 bilhões no mês anterior. Esse comportamento decorre, principalmente:

i) do aumento de R$ 2,2 bilhões (324,5%) nas transferências relacionadas ao Fundeb, de acordo com o calendário de execução estabelecido pelas Portarias Interministeriais MEC/MF nº 19/2013 e nº 17/2014; e

ii) do decréscimo de R$ 1,5 bilhão (8,5%) nas transferências constitucionais, sobretudo, em função do repasse, em dezembro, previsto na Emenda Constitucional nº 55/2007 relativo a 1,0% do FPM.

Gráfico 5. Base de Cálculo Transferências Constitucionais Brasil - 2014 - R$ Bilhões



Transferências do Tesouro Nacional

Resultado Acumulado no Ano em Relação ao Ano Anterior

Em relação a janeiro de 2014, as transferências a Estados e Municípios apresentaram, em seu conjunto, aumento de R$ 494,0 milhões (2,2%), elevando-se de R$ 22,0 bilhões em 2014 para R$ 22,5 bilhões em 2015. As principais variações no período foram:

i) aumento de R$ 2,2 bilhões (326,3%) nas transferências relacionadas ao Fundeb, explicado, sobretudo, devido ao repasse de R$ 1,5 bilhão referente ao ajuste de complementação (Portaria Interministerial MEC/MF nº 19/2013), que, em 2014, havia sido pago em fevereiro.

ii) redução de R$ 2,1 bilhões nas transferências relativos à Lei Complementar nº 115/2002, dos quais R$ 1,9 bilhão a título de auxílio financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios, conforme MP nº 629/2013, que definiu o pagamento em janeiro de 2014, sem correspondência em 2015; e

iii) aumento de R$ 458,6 milhões (2,9%) das transferências constitucionais, reflexo da arrecadação dos impostos compartilhados (IR e IPI), principalmente, do IRPJ, em função do Refis.

Em relação a janeiro de 2014, as transferências a Estados e Municípios apresentaram crescimento de R$ 494,0 milhões (2,2%), influenciadas, principalmente, pelo aumento de R$ 2,2 bilhões (326,3%) nas transferências relacionadas ao Fundeb, compensadas pela redução de R$ 2,1 bilhões em recursos da Lei Complementar nº115/2002.

% PIB

Tabela 6 - Transferências a Estados e Municípios - Brasil - 2014/2015

Discriminação	Jan	
	2014	2015
TRANSFERÊNCIAS TOTAL	5,39%	5,21%
Transferências Constitucionais	3,93%	3,82%
Lei Complementar 87/1996 - Lei Complementar 115/2002 [1]	0,52%	0,00%
Transferências da Cide - Combustíveis	0,03%	0,00%
Demais Transferências [2]	0,91%	1,38%

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006) e da MP nº 629/2013.

2. Inclui valores referentes ao auxílio financeiro aos Municípios, nos termos da Lei nº 12.859/2013.

Despesas do Tesouro Nacional

Em janeiro, a despesa do Governo Central apresentou uma redução de R$ 5,5 bilhões (5,6%) em relação ao mês anterior explicada, principalmente, pelo decréscimo nas despesas da Previdência Social e com gastos de pessoal, bem como pelo incremento nos gastos discricionários.

R$ Milhões

Tabela 7 - Despesas Primárias do Governo Central [1] - Brasil - 2014/2015

Discriminação do Resultado	Dez/14	Jan/15	Variação %	Jan 2014	Jan 2015	Variação %
I. DESPESA TOTAL	98.043,0	92.530,4	-5,6%	90.030,1	92.530,4	2,8%
I.1. Despesas do Tesouro	55.769,3	60.714,3	8,9%	60.672,0	60.714,3	0,1%
Pessoal e Encargos Sociais [2]	23.094,6	20.065,4	-13,1%	19.197,3	20.065,4	4,5%
Custeio e Capital	32.321,1	40.587,1	25,6%	41.191,9	40.587,1	-1,5%
Despesa do FAT	3.458,4	4.773,0	38,0%	5.663,8	4.773,0	-15,7%
Subsídios e Subvenções Econômicas [3]	557,5	1.131,9	103,1%	1.201,5	1.131,9	-5,8%
Benefícios Assistenciais (LOAS/RMV) [4]	3.262,83	3.436,02	5,3%	3.101,42	3.436,02	10,8%
Capitalização da Petrobras	-	-	-	-	-	-
Auxílio à CDE	207,7	1.250,0	501,7%	688,7	1.250,0	81,5%
Outras Despesas de Custeio e Capital	24.834,7	29.996,2	20,8%	30.536,5	29.996,2	-1,8%
Outras Despesas de Custeio	20.913,9	22.309,1	6,7%	19.423,6	22.309,1	14,9%
Outras Despesas de Capital [5]	3.920,8	7.687,1	96,1%	11.112,9	7.687,1	-30,8%
Transferência do Tesouro ao Banco Central	353,6	61,9	-82,5%	282,8	61,9	-78,1%
I.2. Despesas da Previdência Social (Benefícios) [6]	41.948,2	31.567,8	-24,7%	29.125,1	31.567,8	8,4%
Benefícios Previdenciários - Urbano	33.968,4	24.363,6	-28,3%	22.506,7	24.363,6	8,3%
Benefícios Previdenciários - Rural	7.979,8	7.204,2	-9,7%	6.618,3	7.204,2	8,9%
I.3. Despesas do Banco Central	325,5	248,3	-23,7%	233,0	248,3	6,6%

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração.
1. Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. A partir de 01/03/2012, inclui despesas realizadas com recursos da complementação do FGTS, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.
2. Exclui a parcela patronal da CPSS do servidor público federal.
3. Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.
4. Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central. A partir de janeiro de 2010, a rubrica inclui despesas com sentenças judiciais e precatórios.
5. Inclui despesas do Programa Minha Casa Minha Vida, conforme Lei n° 12.693/2012.
6. Fonte: Ministério da Previdência Social. A apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

Despesas do Tesouro Nacional
Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior

Em janeiro, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram R$ 60,7 bilhões, representando um aumento de R$ 5,0 bilhões (8,9%) em relação a dezembro de 2014. Esse comportamento é explicado pelo aumento de R$ 8,3 bilhões (25,6%) nas despesas de Custeio e Capital parcialmente compensado pelo decréscimo de R$ 3,0 bilhões (13,1%) nas despesas de Pessoal e Encargos Sociais e pela redução de R$ 291,7 milhões (82,5%) nas transferências do Tesouro ao Banco Central.

A variação nas despesas de custeio e capital deve-se, sobretudo, aos seguintes fatores:

i) acréscimo de R$ 5,2 bilhões (20,8%) no item Outras Despesas de Custeio e Capital, devido, principalmente, ao incremento de R$ 7,3 bilhões (53,2%) em

Gráfico 6. Despesas do Tesouro Nacional Brasil - 2014 - R$ Bilhões

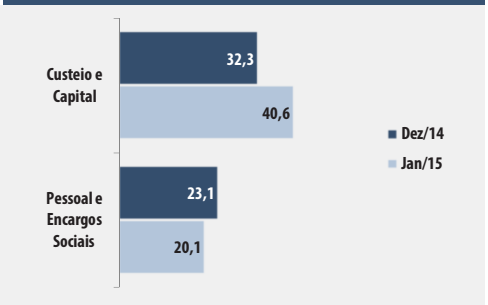
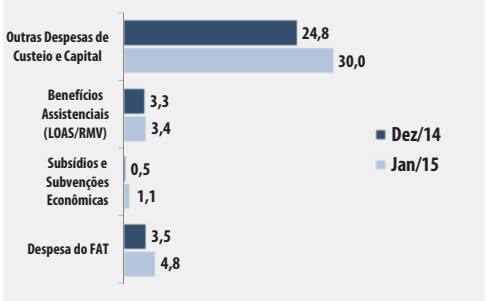


Gráfico 7. Despesas de Custeio e Capital Brasil - 2014 - R$ Bilhões



despesas discricionárias, de R$ 960,9 milhões em despesas do PAC e da diminuição de R$ 3,4 bilhões em sentenças judiciais e precatórios;

ii) elevação de R$ 1,3 bilhão nas despesas do FAT. O pagamento do abono salarial observa o calendário referente ao exercício 2014/2015 (julho/2014 a junho/2015) regulamentado pela Resolução Codefat nº 731/2014; e

iii) aumento de R$ 1,0 bilhão relativo ao auxílio à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

As despesas de Pessoal e Encargos Sociais totalizaram R$ 20,1 bilhões no mês frente a R$ 23,1 bilhões no mês anterior. Este decréscimo foi devido ao pagamento da segunda parcela da gratificação natalina (13º salário) aos servidores do Governo Federal em dezembro de 2014.

R$ Milhões

Tabela 8 - Outras Despesas de Custeio e Capital - Brasil - 2014/2015

Discriminação	Dez/14	Jan/15	Variação %
Precatórios e Sentenças	3.701,1	271,4	-92,7%
Legislativo	206,4	130,7	-36,7%
Judiciário	962,3	567,5	-41,0%
Crédito Extraordinário [1]	201,7	193,0	-4,3%
PAC [2]	3.778,9	4.739,9	25,4%
d/q MCMV	905,0	1.861,8	105,7%
Outras [3]	448,1	1.338,8	198,7%
Compensação RGPS [4]	1.776,5	1.675,0	-5,7%
Discricionárias	13.759,6	21.079,9	53,2%
Min. da Saúde	6.085,2	9.673,5	59,0%
Min. do Des. Social	2.823,7	2.789,5	-1,2%
Min. da Educação	2.523,8	3.366,9	33,4%
Demais	2.327,0	5.250,0	125,6%
Total	**24.834,7**	**29.996,2**	**20,8%**

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração.
1. Exclui crédito extraordinário relativo ao Programa de Aceleração do Crescimento.
2. Corresponde à despesa do PAC passível de reduzir a meta de superávit primário.
3. Inclui subvenções econômicas, benefícios de leg. especial, transferências ANA, fundos de desenvolvimento ADA/ADENE, doações, anistiados, convênios, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.
4. Despesa correspondente à compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) em função da desoneração da folha de pagamentos, conforme previsto na Lei nº 12.715/2012.

Despesas do Tesouro Nacional

Resultado Acumulado no Ano em Relação ao Ano Anterior

As despesas do Tesouro Nacional apresentaram aumento de R$ 42,3 milhões (0,1%) em relação a janeiro de 2014, destacando-se o aumento de R$ 868,0 milhões (4,5%) nos gastos com Pessoal e Encargos Sociais e a diminuição de R$ 604,8 milhões (1,5%) nas despesas de Custeio e Capital.

Em comparação a janeiro de 2014, as despesas de Custeio e Capital diminuiram R$ 604,8 milhões (1,5%).

Gráfico 8. Despesas do Tesouro Nacional
Brasil - 2013/2014 - R$ Bilhões

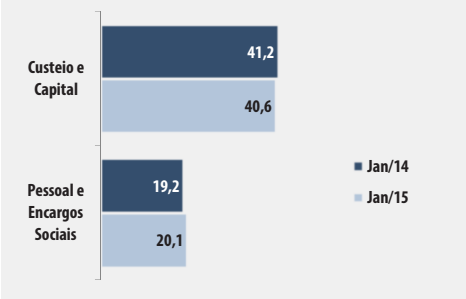
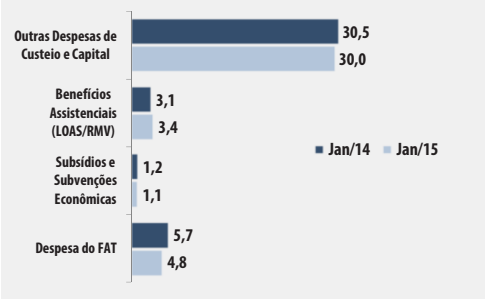


Gráfico 9. Despesas de Custeio e Capital
Brasil - 2013/2014 - R$ Bilhões



O decréscimo observado nos gastos com Custeio e Capital, quando comparado a janeiro de 2014, pode ser explicado por:

i) diminuição de 890,8 milhões (15,7%) nas despesas do FAT;

ii) decréscimo de R$ 540,3 milhões (1,8%) nas Outras Despesas de Custeio e Capital. As variações mais significativas foram: a) decréscimo de R$ 2,5 bilhões (34,5%) nas despesas do PAC; e b) crescimento de R$ 1,1 bilhão (440,0%) na rubrica Outras; e

iii) incremento de R$ 561,3 milhões (81,5%) com despesas relativas à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

Os dispêndios com a folha salarial tiveram aumento de R$ 868,0 milhões (4,5%), passando de R$ 19,2 bilhões em janeiro de 2014, para R$ 20,1 bilhões em 2014.

R$ Milhões

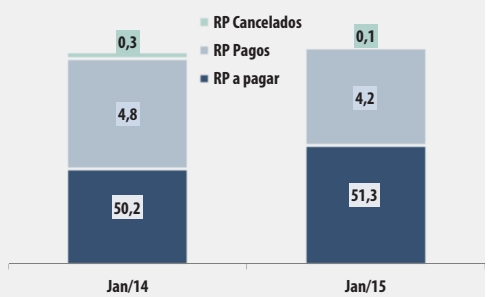
Tabela 9 - Outras Despesas de Custeio e Capital - Brasil - 2014/2015

Discriminação	Jan		Variação %
	2014	2015	
Precatórios e Sentenças	51,8	271,4	424,4%
Legislativo	138,3	130,7	-5,5%
Judiciário	577,1	567,5	-1,6%
Crédito Extraordinário [1]	562,5	193,0	-65,7%
PAC [2]	7.233,6	4.739,9	-34,5%
d/q MCMV	2.241,4	1.861,8	-16,9%
Outras [3]	247,7	1.338,8	440,4%
Compensação RGPS [4]	968,4	1.675,0	73,0%
Discricionárias	20.757,1	21.079,9	1,6%
Min. da Saúde	8.068,6	9.673,5	19,9%
Min. do Des. Social	3.049,8	2.789,5	-8,5%
Min. da Educação	3.871,6	3.366,9	-13,0%
Demais	5.767,1	5.250,0	-9,0%
Total	**30.536,5**	**29.996,2**	**22,3%**

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração.
1. Exclui crédito extraordinário relativo ao Programa de Aceleração do Crescimento.
2. Corresponde à despesa do PAC passível de reduzir a meta de superávit primário.
3. Inclui subvenções econômicas, benefícios de leg. especial, transferências ANA, fundos de desenvolvimento ADA/ADENE, doações, anistiados, convênios, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.
4. Despesa correspondente à compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) em função da desoneração da folha de pagamentos, conforme previsto na Lei nº 12.715/2012.

O montante de restos a pagar (RP) pagos em janeiro de 2015, segundo a ótica do Decreto de Programação Orçamentária e Financeira, relativos a custeio e investimento, exceto Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), correspondeu a R$ 4,2 bilhões. Do total dos RP pagos, a execução concentrou-se, principalmente, nos Ministérios da Saúde (R$ 958,2 milhões) e Educação (R$ 1,2 bilhão).

Gráfico 10. Execução de Restos a Pagar
Brasil - 2014/2015 - R$ Bilhões



R$ Milhões

Tabela 10 - Subsídios e Subvenções Econômicas
Operações Oficiais de Crédito - Brasil - 2014/2015

Discriminação	Jan	
	2014	2015
Agricultura	609,5	187,6
Custeio Agropecuário	19,8	1,0
Investimento Rural	2,0	0,0
Preços Agrícolas	254,1	20,0
EGF	0,1	0,0
AGF	239,0	0,0
Sustent. de preços	15,0	20,0
Pronaf	29,9	-1,0
Pesa	25,0	-46,7
Álcool	272,9	221,6
Cacau	0,0	0,0
Fundo da Terra/Incra	0,0	0,0
FUNCAFÉ	-8,0	-10,8
Revitaliza	13,8	3,5
Outros	28,5	341,7
PSI	0,0	1,2
Op. Microcredito (EQMPO)	16,0	78,1
Op. Microcredito (EQPCD)	12,5	262,4
FND	0,0	0,0
FSA	0,0	0,0
Exportação (Proex)	0,0	0,0
Itaipu[1]	0,0	0,0
Capitalização à EMGEA	0,0	0,0
Total	**638,0**	**529,3**

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração.
1. Refere-se à subvenção parcial à remuneração por cessão de energia elétrica de Itaipu, conforme Decreto Legislativo nº 129/2011.

R$ Milhões

Tabela 11- Quantidade de Benefícios Emitidos LOAS - Média Acumulada no Ano Brasil - 2008/2015						
	Total LOAS	Variação em relação à média do ano anterior	Idosos	Variação em relação à média do ano anterior	Portadores de Necessidades Especiais	Variação em relação à média do ano anterior
média 2008	2.810.538,0	9,1%	1.360.235,3	9,7%	1.450.302,8	8,6%
média 2009	3.052.295,3	8,6%	1.487.566,1	9,4%	1.564.729,2	7,9%
média 2010	3.290.375,3	7,8%	1.583.853,0	6,5%	1.706.522,3	9,1%
média 2011	3.506.563,7	6,6%	1.658.459,3	4,7%	1.848.104,3	8,3%
média 2012	3.683.282,7	5,0%	1.717.885,8	3,6%	1.965.396,9	6,3%
média 2013	3.869.032,5	5,0%	1.787.220,4	4,0%	2.081.812,1	5,9%
média 2014	4.053.605,1	4,8%	1.852.351,9	3,6%	2.201.253,2	5,7%
Jan/08	2.700.283,0	8,5%	1.305.082,0	9,6%	1.395.201,0	7,4%
Jan/09	2.952.721,0	9,3%	1.432.494,0	9,8%	1.520.227,0	9,0%
Jan/10	3.182.160,0	7,8%	1.545.184,0	7,9%	1.636.976,0	7,7%
Jan/11	3.415.706,0	7,3%	1.628.604,0	5,4%	1.787.102,0	9,2%
Jan/12	3.603.909,0	5,5%	1.690.538,0	3,8%	1.913.371,0	7,1%
Jan/13	3.781.040,0	4,9%	1.751.989,0	3,6%	2.029.051,0	6,0%
Jan/14	3.978.478,0	5,2%	1.827.650,0	4,3%	2.150.828,0	6,0%
Jan/15	4.139.834,0	4,1%	1.879.706,0	2,8%	2.260.128,0	5,1%

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração.

% PIB

Tabela 12 - Despesas do Tesouro Nacional - Brasil - 2014/2015		
Discriminação	Jan	
	2014	2015
DESPESAS DO TESOURO NACIONAL	14,87%	14,06%
Pessoal e Encargos Social	4,71%	4,65%
Custeio e Capital	10,10%	9,40%
Despesas do FAT	1,39%	1,11%
Subsídios e Subvenções [1]	0,29%	0,26%
LOAS/RMV [2]	0,76%	0,80%
Outras	7,49%	6,95%
Transferências ao Bacen	0,07%	0,01%

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração.
1. Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.
2. Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central. A partir de janeiro de 2010, a rubrica inclui despesas com sentenças judiciais e precatórios.

Previdência
Social

R$ Milhões

Tabela 13 - Resultado Primário da Previdência Social - Brasil - 2014/2015						
Discriminação do Resultado	Dez/14	Jan/15	Variação %	Jan 2014	Jan 2015	Variação %
I. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	43.717,3	25.916,2	-40,7%	24.529,8	25.916,2	5,7%
Arrecadação Bruta	47.406,7	31.128,7	-34,3%	29.352,2	31.128,7	6,1%
Contribuição Previdenciária	41.756,4	25.879,9	-38,0%	25.189,1	25.879,9	2,7%
Simples[1]	3.593,3	3.386,2	-5,8%	3.048,0	3.386,2	11,1%
CFT	-	-	-	0,0	-	-
Depósitos Judiciais	264,3	177,4	-32,9%	139,5	177,4	27,2%
Refis	16,2	10,1	-37,8%	7,2	10,1	39,8%
Compensação RGPS [2]	1.776,5	1.675,0	-5,7%	968,36	1.675,0	73,0%
(-) Restituição/Devolução	-648,9	-93,5	-85,6%	-37,2	-93,5	151,2%
(-) Transferências a Terceiros	-3.040,5	-5.119,0	68,4%	-4.785,1	-5.119,0	7,0%
II. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	41.948,2	31.567,8	-24,7%	29.125,1	31.567,8	8,4%
III. RESULTADO PRIMÁRIO	1.769,1	-5.651,6	-	-4.595,2	-5.651,6	23,0%
IV. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB				-1,13%	-1,31%	

Fonte: Ministério da Previdência Social
Obs.: Dados sujeitos a alteração.
1. Inclui arrecadação previdenciária vinculada à Lei nº 11.941/2009.
2. Receita correspondente à compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) em função da desoneração da folha de pagamentos, conforme previsto na Lei nº 12.715/2012.

Em janeiro de 2015, a Previdência Social registrou déficit de R$ 5,7 bilhões contra superávit de R$ 1,8 bilhão no mês anterior, sobretudo reflexo do decréscimo da arrecadação líquida em virtude da arrecadação das contribuições previdenciárias incidentes sobre o 13º salario pago aos trabalhadores em dezembro.

Previdência Social
Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior

Em janeiro de 2015, o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) registrou déficit de R$ 5,7 bilhões, contra um superávit de R$ 1,8 bilhão em dezembro. Os principais fatores que contribuíram para este resultado foram:

i) a arrecadação líquida de janeiro teve um decréscimo de R$ 17,8 bilhões (40,7% em relação ao mês anterior) em virtude da arrecadação das contribuições previdenciárias incidentes sobre o 13º salário pago aos trabalhadores em dezembro e do aumento de R$ 2,1 bilhões de transferências a terceiros; e

ii) redução de R$ 10,4 bilhões no total de despesas com benefícios (24,7%) devido, principalmente, ao pagamento, em dezembro, da última parcela do abono equivalente à gratificação natalina dos segurados e dependentes da Previdência, conforme Decreto nº 8.292, de 4 de agosto de 2014.

Previdência Social

Resultado Acumulado no Ano em Relação ao Ano Anterior

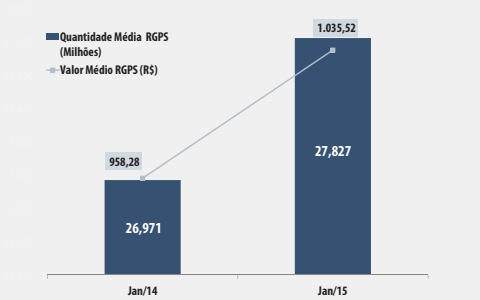
Comparativamente ao mesmo mês de 2014, o déficit da previdência social teve um aumento de R$ 1,1 bilhão (23,0%).

Ressalte-se que o resultado da receita previdenciária no período foi influenciado pelas desonerações tributárias sobre a folha de pagamentos, em especial, pelas desonerações instituídas por meio da Lei nº 12.546/2011 e suas alterações. Nesse sentido, é realizada compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social nos termos da Portaria Conjunta RFB/MF/INSS/MPS n° 2, de 28 de abril de 2013.

O déficit previdenciário aumentou R$ 1,1 bilhão (23,0%) em relação a janeiro de 2014.

A arrecadação líquida apresentou aumento de R$ 1,4 bilhão (5,7%), explicado, principalmente, pelo acréscimo de R$ 706,7 milhões do montante de compensações do RGPS e do crescimento de R$ 690,8 milhões (2,7%) nas contribuições previdenciárias, reflexo do crescimento de 8,5% da massa salarial, calculada para o período entre dezembro de 2013 a dezembro de 2014, comparativamente ao mesmo período do ano anterior.

Gráfico 11. Benefícios Emitidos da Previdência Brasil - 2013/2014



As despesas com benefícios apresentaram aumento de R$ 2,4 bilhões (8,4%), comparativamente ao mesmo mês do exercício de 2014, devido, principalmente, aos seguintes fatores:

i) aumento de R$ 77,23 (8,1%) no valor médio dos benefícios pagos pela Previdência, como consequência do reajuste do salário mínimo e do aumento dos benefícios com valores acima do piso;

ii) elevação de 856,3 mil no número de benefícios emitidos em 2015 (3,2%), resultado, sobretudo, dos aumentos de 603,1 mil de benefícios referentes a aposentadorias, de 156,7 mil referentes a pensões por morte e 82,7 mil de benefícios referentes a auxílio-doença;

iii) pagamento de precatórios e sentenças judiciais de benefícios previdenciários no valor de R$ 739,4 milhões em janeiro de 2015 contra o pagamento de R$ 1,3 bilhão no mesmo mês de 2014.

Tabela 14 - Resultado da Previdência Social - Brasil - 2014/2015					
Discriminação	R$ Milhões		Variação %	% PIB	
	Jan			Jan	
	2014	2015		2014	2015
CONTRIBUIÇÃO	24.529,8	25.916,2	5,7%	6,01%	6,00%
Urbano	24.078,2	25.424,1	5,6%	5,90%	5,89%
Rural	451,6	492,1	9,0%	0,11%	0,11%
BENEFÍCIOS	29.125,1	31.567,8	8,4%	7,14%	7,31%
Urbano	22.506,7	24.363,6	8,3%	5,52%	5,64%
Rural	6.618,3	7.204,2	8,9%	1,62%	1,67%
RESULTADO PRIMÁRIO	-4.595,2	-5.651,6	23,0%	-1,13%	-1,31%
Urbano	1.571,5	1.060,5	-32,51%	0,39%	0,25%
Rural	-6.166,7	-6.712,1	8,8%	-1,51%	-1,55%

Fonte: Ministério da Previdência Social
Obs.1: Dados sujeitos a alteração.
Obs.2: A apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

Em mil benefícios

Tabela 15 - Quantidade de Benefícios Emitidos pela Previdência Social - Brasil - 2014/2015						
Discriminação	Dez/14	Jan/15	Variação %	Média Jan		Variação %
				2014	2015	
BENEFÍCIOS DO RGPS	27.819	27.827	0,0%	26.971	27.827	3,2%
Previdênciários	26.958	26.969	0,0%	26.120	26.969	3,3%
Aposentadorias	17.940	17.975	0,2%	17.379	17.975	3,4%
Idade	9.509	9.528	0,2%	9.182	9.528	3,8%
Invalidez	3.177	3.179	0,1%	3.125	3.179	1,7%
Tempo de contribuição	5.255	5.268	0,3%	5.073	5.268	3,9%
Pensão por morte	7.317	7.323	0,1%	7.165	7.323	2,2%
Auxílio-Doença	1.516	1.492	-1,6%	1.406	1.492	6,1%
Salário - maternidade	86	78	-9,0%	79	78	-1,4%
Outros	99	100	0,8%	90	100	10,8%
Acidentários	861	858	-0,4%	851	858	0,8%
Aposentadorias	196	197	0,2%	190	197	3,7%
Pensão por morte	119	118	-0,2%	120	118	-1,7%
Auxílio - doença	175	172	-2,0%	174	172	-1,7%
Auxílio - acidente	313	313	0,2%	305	313	2,8%
Auxílio - suplementar	58	58	-0,5%	62	58	-5,6%

Fonte: Ministério da Previdência Social
Obs.: Dados sujeitos a alteração.

Dívida Líquida do Tesouro Nacional

A Dívida Líquida do Tesouro Nacional - DLTN alcançou o montante de R$ 1,2 trilhão em janeiro de 2015. Comparativamente ao mês anterior houve aumento de R$ 55,9 bilhões, consequência do acréscimo de R$ 57,9 bilhões na dívida interna líquida e do decréscimo de R$ 2,0 bilhões no estoque da dívida externa líquida.

Em janeiro de 2015, a Dívida Líquida do Tesouro Nacional atingiu 23,7% do PIB, 1,0 p.p. superior ao montante registrado em dezembro de 2014.

R$ Milhões

Tabela 16 - Divida Líquida do Tesouro Nacional - Brasil - 2014/2015

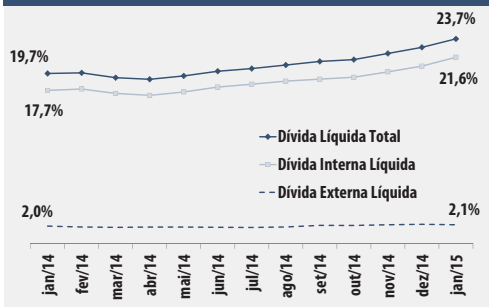
Discriminação	Dez/14	Jan/15	Variação %	Jan/14	Jan/15	Variação %
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	1.053.432,8	1.111.346,6	5,5%	863.776,7	1.111.346,6	28,7%
Dívida Interna	3.280.510,3	3.179.851,2	-3,1%	2.884.649,7	3.179.851,2	10,2%
Haveres Internos	2.227.077,5	2.068.504,7	-7,1%	2.020.873,0	2.068.504,7	2,4%
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	111.804,8	109.801,1	-1,8%	95.839,2	109.801,1	14,6%
Dívida Externa	112.287,1	109.934,3	-2,1%	96.265,9	109.934,3	14,2%
Haveres Externos	482,3	133,2	-72,4%	426,7	133,2	-68,8%
III. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	1.165.237,6	1.221.147,7	4,8%	959.615,9	1.221.147,7	27,3%
IV. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB [1]	22,7%	23,7%		19,7%	23,7%	

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração.
1. PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

Em relação a janeiro de 2014, a DLTN aumentou R$ 261,5 bilhões, em decorrência do aumento de R$ 247,6 bilhões no estoque da dívida interna líquida e da elevação de R$ 14,0 bilhões no estoque da dívida externa líquida.

Em percentual do PIB, a DLTN aumentou cerca de 4,0 p.p. no mesmo período, passando de 19,7% em janeiro de 2014 para 23,7% em janeiro de 2015.

Gráfico 12. Dívida Líquida do Tesouro Nacional 2013/2014 - % PIB



Dívida Interna
Líquida

R$ Milhões

Tabela 17 - Divida Interna Líquida do Tesouro Nacional - Brasil - 2014 / 2015						
Discriminação	Dez/14	Jan/15	Variação %	Jan/14	Jan/15	Variação %
I. DÍVIDA INTERNA	3.280.510,3	3.179.851,2	-3,1%	2.884.649,7	3.179.851,2	10,2%
Dívida Mobiliária	3.271.648,6	3.171.072,5	-3,1%	2.880.514,5	3.171.072,5	10,1%
DPMFi em Poder do Público [1]	2.183.611,0	2.137.948,2	-2,1%	1.950.036,6	2.137.948,2	9,6%
DPMFi em Poder do Banco Central	1.117.440,2	1.066.053,6	-4,6%	957.955,8	1.066.053,6	11,3%
(-) Aplicações em Títulos Públicos [2]	-29.402,7	-32.929,3	12,0%	-27.477,9	-32.929,3	19,8%
Demais Obrigações Internas	8.861,7	8.778,7	-0,9%	4.135,2	8.778,7	112,3%
II. HAVERES INTERNOS	2.227.077,5	2.068.504,7	-7,1%	2.020.873,0	2.068.504,7	2,4%
Disponibilidades Internas	616.946,1	462.067,7	-25,1%	554.622,1	462.067,7	-16,7%
Haveres junto aos Governos Regionais	536.689,3	538.313,0	0,3%	526.463,9	538.313,0	2,3%
Haveres da Administração Indireta	387.236,3	379.532,9	-2,0%	339.388,4	379.532,9	11,8%
Haveres Administrados pela STN	686.205,8	688.591,1	0,3%	600.398,6	688.591,1	14,7%
III. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	1.053.432,8	1.111.346,6	5,5%	863.776,7	1.111.346,6	28,7%
IV. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/ PIB [3]	20,6%	21,6%		17,7%	21,6%	

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração.
1. Inclui TDA e dívida securitizada.
2. Refere-se a aplicações do FAT e fundos públicos em títulos públicos federais.
3. PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

Em relação ao PIB, a Dívida Interna Líquida apresentou acréscimo de 3,9 p.p. comparativamente a janeiro do ano anterior.

No mês de janeiro, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional totalizou R$ 1,1 trilhão, apresentando um acréscimo de R$ 57,9 bilhões em relação ao mês anterior, consequência da diminuição de R$ 158,6 bilhões no saldo de haveres internos e de R$ 100,7 bilhões no estoque da dívida interna bruta. Como percentual do PIB, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional representou o equivalente a 21,6% em janeiro de 2015.

A Dívida Mobiliária Interna (Dívida Pública Mobiliária Federal interna - DPMFi), descontadas as aplicações do FAT e de outros fundos públicos em títulos

R$ Milhões

Tabela 18 - Divida Mobiliária Interna do Tesouro Nacional - Brasil - 2014/2015						
Discriminação	Dez/14	Jan/15	Variação %	Jan/14	Jan/15	Variação %
EM PODER DO PÚBLICO	2.183.611,0	2.137.948,2	-2,1%	1.950.036,6	2.137.948,2	9,6%
LFT	418.587,2	435.732,3	4,1%	405.303,0	435.732,3	7,5%
LTN	686.033,3	616.444,1	-10,1%	586.800,3	616.444,1	5,1%
NTN-B	713.685,6	729.028,0	2,1%	662.085,5	729.028,0	10,1%
NTN-C	72.049,7	70.871,1	-1,6%	68.001,7	70.871,1	4,2%
NTN-F	254.758,0	247.227,7	-3,0%	191.409,3	247.227,7	29,2%
Demais [1]	38.497,3	38.645,1	0,4%	36.436,9	38.645,1	6,1%
APLICAÇÕES EM TÍTULOS PÚBLICOS	-29.402,7	-32.929,3	12,0%	-27.477,9	-32.929,3	19,8%
EM PODER DO BANCO CENTRAL	1.117.440,2	1.066.053,6	-4,6%	957.955,8	1.066.053,6	11,3%
TOTAL	3.271.648,6	3.171.072,5	-3,1%	2.880.514,5	3.171.072,5	10,1%

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração.
1. Inclui TDA e dívida securitizada.

federais, aumentou R$ 97,0 bilhões em relação ao mês anterior. Essa variação pode ser explicada pelo resgate líquido de R$ 129,9 bilhões e pela apropriação de juros no valor de R$ 32,8 bilhões.

R$ Milhões

Tabela 19 - Variação da Dívida Mobiliária Interna do Tesouro Nacional [1] - Brasil - 2014/2015

Discriminação	Saldo Dez/14	Fatores de Variação [2]			Saldo Jan/15
		Emissões	Resgates [3]	Juros [4]	
EM PODER DO PÚBLICO	2.183.611,0	52.582,2	-120.065,1	21.820,1	2.137.948,2
LFT	418.587,2	13.600,8	-461,1	4.005,3	435.732,3
LTN	686.033,3	21.524,1	-96.219,1	5.105,9	616.444,1
NTN-B	713.685,6	7.985,5	-1.680,4	9.037,2	729.028,0
NTN-C	72.049,7	0,0	-2.270,8	1.092,2	70.871,1
NTN-F	254.758,0	9.334,6	-19.067,8	2.202,9	247.227,7
Demais [5]	38.497,3	137,1	-366,0	376,6	38.645,1
EM PODER DO BANCO CENTRAL	1.117.440,2	0,0	-62.377,8	10.991,1	1.066.053,6
TOTAL	3.301.051,3	52.582,2	-182.442,9	32.811,3	3.204.001,9

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração.
1. Não inclui saldos de haveres relativos às aplicações oficiais em títulos públicos.
2. Valores negativos (positivos) indicam decréscimo (acréscimo) ao saldo da obrigação.
3. Inclui cancelamentos referentes a permuta de títulos e outros ajustes.
4. Refere-se aos juros apropriados por competência.
5. Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

A evolução da Dívida Mobiliária Interna do Tesouro Nacional no mês é explicada pela apropriação de juros no valor de R$ 32,8 bilhões e pelo resgate líquido de R$ 129,9 bilhões.

A carteira de títulos em poder do público decresceu R$ 45,7 bilhões em relação ao mês anterior. Houve resgate líquido de R$ 67,5 bilhões e apropriação de juros no valor de R$ 21,8 bilhões. O estoque da carteira de títulos do Banco Central diminuiu R$ 51,4 bilhões, devido ao resgate líquido de R$ 62,4 bilhões, e à apropriação de juros de R$ 11,0 bilhões no mês de janeiro de 2015.

Os haveres internos do Tesouro Nacional apresentaram decréscimo de R$ 158,6 bilhões em relação ao mês anterior, refletindo principalmente a diminuição de R$ 154,9 bilhões nas disponibilidades internas, em especial do saldo da conta única. Comparativamente ao saldo de janeiro do exercício de 2014, houve aumento de R$ 47,6 bilhões no total de haveres internos do Tesouro Nacional, fruto, sobretudo, do acréscimo de R$ 88,2 bilhões nos haveres administrados pela Secretaria do Tesouro Nacional, que teve como destaque os haveres de legislação específica. Outros fatores que explicam o aumento dos haveres internos do Tesouro Nacional, em relação a janeiro de 2014, foram os acréscimos de R$ 40,1 bilhões nos haveres da administração indireta, e a redução de R$ 92,6 bilhões nas disponibilidades internas.

Relativamente ao ano anterior, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional aumentou R$ 247,6 bilhões, passando de R$ 863,8 bilhões, em janeiro de 2014, para R$ 1,1 trilhão em janeiro de 2015. Esse comportamento é consequência do crescimento de R$ 295,2 bilhões no estoque da dívida interna bruta, que superou o aumento de R$ 47,6 bilhões verificado no saldo dos haveres internos. Em relação ao PIB, houve crescimento, passando de 17,7% para 21,6%.

R$ Milhões

Tabela 20 - Haveres Internos do Tesouro Nacional - Brasil - 2014/2015						
Discriminação	Dez/14	Jan/15	Variação %	Jan/14	Jan/15	Variação %
DISPONIBILIDADES INTERNAS	616.946,1	462.067,7	-25,1%	554.622,1	462.067,7	-16,7%
HAVERES JUNTO AOS GOVERNOS REGIONAIS	536.689,3	538.313,0	0,3%	526.463,9	538.313,0	2,3%
Lei 9.496/97	422.387,4	423.469,2	0,3%	412.977,1	423.469,2	2,5%
MP 2.185/01	75.087,3	75.406,8	0,4%	71.144,9	75.406,8	6,0%
Lei 8.727/93	12.813,4	12.749,9	-0,5%	14.710,6	12.749,9	-13,3%
Antecipação de Royalties	5.250,2	5.089,1	-3,1%	6.274,1	5.089,1	-18,9%
Bônus Renegociados	5.225,1	5.198,7	-0,5%	5.374,9	5.198,7	-3,3%
Demais Haveres	15.925,9	16.399,1	3,0%	15.982,3	16.399,1	2,6%
HAVERES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	387.236,3	379.532,9	-2,0%	339.388,4	379.532,9	11,8%
FAT	202.481,1	194.261,2	-4,1%	184.239,6	194.261,2	5,4%
Fundos Regionais	92.800,9	93.869,9	1,2%	83.977,4	93.869,9	11,8%
Demais	91.954,3	91.401,9	-0,6%	71.171,5	91.401,9	28,4%
HAVERES ADMINISTRADOS PELA STN	686.205,8	688.591,1	0,3%	600.398,6	688.591,1	14,7%
TOTAL	2.227.077,5	2.068.504,7	-7,1%	2.020.873,0	2.068.504,7	2,4%

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração.

Dívida Externa
Líquida

Em janeiro de 2015, a Dívida Externa Líquida totalizou R$ 109,8 bilhões, que equivalem a 2,1% do PIB.

R$ Milhões

Tabela 21 - Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional - Brasil - 2014/2015

Discriminação	Dez/14	Jan/15	Variação %	Jan/14	Jan/15	Variação %
I. DÍVIDA EXTERNA	112.287,1	109.934,3	-2,1%	96.265,9	109.934,3	14,2%
Dívida Mobiliária	102.550,6	100.237,3	-2,3%	86.160,4	100.237,3	16,3%
Euro	6.048,0	5.666,0	-6,3%	2.836,3	5.666,0	99,8%
Global US$	82.637,8	81.287,1	-1,6%	70.037,0	81.287,1	16,1%
Global BRL	13.864,8	13.284,2	-4,2%	13.287,1	13.284,2	0,0%
Demais	-	-	-	-	-	-
Dívida Contratual	9.736,5	9.697,1	-0,4%	10.105,5	9.697,1	-4,0%
Organismos Internacionais	3.531,7	3.495,8	-1,0%	3.128,8	3.495,8	11,7%
Bancos Privados e Agências Governamentais	6.204,8	6.201,3	-0,1%	6.976,6	6.201,3	-11,1%
II. HAVERES EXTERNOS	482,3	133,2	-72,4%	426,7	133,2	-68,8%
Disponibilidades de Fundos, Autarquias e Fundações	482,3	133,2	-72,4%	426,7	133,2	-68,8%
III. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	111.804,8	109.801,1	-1,8%	95.839,2	109.801,1	14,6%
IV. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB [1]	2,2%	2,1%		2,0%	2,1%	

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração.
1. PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

Em janeiro, a Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional totalizou R$ 109,8 bilhões, contra R$ 111,8 bilhões em dezembro. Houve diminuição de R$ 2,0 bilhões em relação ao mês anterior, explicado pelo efeito conjunto da variação cambial de R$ 504,6 bilhões, do resgate líquido de R$ 2,5 bilhões e da apropriação de juros no valor de R$ 615,0 milhões.

R$ Milhões

Tabela 22 - Variação da Dívida Externa do Tesouro Nacional - Brasil - 2014/2015

Discriminação	Saldo Dez/14	Fatores de Variação [2]				Saldo Jan/15
		Emissões	Resgates [1]	Juros [2]	Variação Cambial	
DÍVIDA MOBILIÁRIA [3]	102.550,6	0,0	-2.685,2	589,3	-217,5	100.237,3
Global US$	82.637,8	0,0	-1.990,4	450,0	189,8	81.287,1
Euro	6.048,0	0,0	0,0	25,2	-407,3	5.666,0
Global BRL	13.864,8	0,0	-694,8	114,2	0,0	13.284,2
Demais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
DÍVIDA CONTRATUAL	9.736,5	299,2	-77,2	25,7	-287,2	9.697,1
Org. Internacionais	3.531,7	0,0	-52,3	8,9	7,5	3.495,8
Bancos Privados/Agencias Governamentais	6.204,8	299,2	-24,8	16,8	-294,6	6.201,3
TOTAL	112.287,1	299,2	-2.762,4	615,0	-504,6	109.934,3

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração.
1. Inclui cancelamentos referentes a permuta de títulos, pagamentos antecipados e outros ajustes.
2. Refere-se aos juros nominais apropriados por competência na moeda de referência, convertido para moeda local pela taxa de câmbio de final de período.
3. A partir de Jan/2010, o estoque da dívida mobiliária passou a ser apurado pelo método da TIR, alinhando-se à metodologia utilizada na apuração do estoque da DPMFi.

Comparativamente ao ano anterior, a elevação da Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional foi de R$ 13,9 bilhões, passando de R$ 96,3 bilhões, em janeiro de 2014, para R$ 109,8 bilhões, em janeiro de 2015. Do estoque total da dívida externa, a dívida mobiliária corresponde a 91,2% (R$ 100,2 bilhões) e a dívida contratual representa 8,8% (R$ 9,7 bilhões).

Em proporção do PIB, a Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional aumentou 0,1 p.p. no mesmo período, passando de 2,0% em janeiro de 2014 para 2,1% em janeiro de 2015.

Anexos

1. Lista de Abreviaturas

2. Tabelas do Resultado Fiscal

Tabela 1.1. Resultado Primário do Governo Central - Brasil - Mensal

Tabela 1.2. Resultado Primário do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano

Tabela 2.1. Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - Mensal

Tabela 2.2. Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano

Tabela 3.1. Dividendos pagos à União - Brasil - Mensal

Tabela 3.2. Dividendos pagos à União - Brasil - Acumulado no Ano

Tabela 4.1. Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - Mensal

Tabela 4.2. Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano

Tabela 5.1. Investimento do Governo Federal por Órgão - Brasil - Acumulado no Ano

Tabela 6.1. Execução Financeira do Tesouro Nacional - Brasil - Mensal

Tabela 6.2. Execução Financeira do Tesouro Nacional - Brasil - Acumulado no Ano

Tabela 7.1. Relacionamento Tesouro Nacional e Banco Central - Brasil - Mensal

Tabela 7.2. Relacionamento Tesouro Nacional e Banco Central - Brasil - Acumulado no Ano

Tabela 8.1. Dívida Líquida do Tesouro Nacional - Brasil - Mensal

3. Boletim de Transferências para Estados e Municípios - Boletim FPE/FPM/IPI Exportação

1.Lista de Abreviaturas

Abreviaturas mais comuns do Resultado Fiscal

Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

CDE - Conta de Desenvolvimento Energético

CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico

Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira

CPSS – Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público

CSLL – Contribuição Social sobre Lucro Líquido

Emgea – Empresa Gestora de Ativos

FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador

FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

Fistel – Fundo de Fiscalização das Telecomunicações

FND – Fundo Nacional de Desenvolvimento

FPE – Fundo de Participação de Estados

FPM – Fundo de Participação de Municípios

FSB - Fundo Soberano do Brasil

Fundeb – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)

II - Imposto de Importação

INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social

IOF - Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros

IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados

IRPF – Imposto de Renda de Pessoa Física

IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica

IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte

LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

Paes – Parcelamento Especial

Pasep – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público

PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos

PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional

PIB – Produto Interno Bruto
PIS – Programa de Integração Social
POOC – Programa das Operações Oficiais de Crédito
Proex – Programa de Incentivo às Exportações
Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSH – Programa de Subsídio à Habitação
PSI – Programa de Sustentação do Investimento
Refis – Programa de Recuperação Fiscal
RFB – Receita Federal do Brasil
RGPS – Regime Geral da Previdência Social
RMV – Renda Mensal Vitalícia

Abreviaturas mais comuns da Dívida

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CFT – Certificado Financeiro do Tesouro (séries)
CVS – título representativo da dívida do FCVS
DPFe – Dívida Pública Federal Externa
DPMFi – Dívida Pública Mobiliária Federal Interna
FCVS – Fundo de Compensação de Variações Salariais
Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
IGP-M – Índice Geral de Preços (Mercado)
Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITR – Imposto Territorial Rural
IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado
LFT – Letras Financeiras do Tesouro (séries)
LTN – Letras do Tesouro Nacional
NTN – Notas do Tesouro Nacional (Séries)
PAF – Plano Anual de Financiamento
Selic – Sistema Especial de Liquidação e Custódia
TDA – Títulos da Dívida Agrária
TR – Taxa Referencial

Tabela 1.1. Resultado Primário do Governo Central [1/] - Brasil - Mensal
R$ Milhões

Discriminação	2014	2015		Variação (%)	
	Janeiro	Dezembro	Janeiro	Jan/15 Dez/14	Jan/15 Jan/14
1. RECEITA TOTAL	**125.061,7**	**121.011,2**	**125.425,1**	**3,6%**	**0,3%**
Receitas do Tesouro Nacional	***100.211,5***	***76.885,3***	***99.401,1***	***29,3%***	***-0,8%***
Receita Bruta	100.618,4	79.485,9	101.257,3	27,4%	0,6%
Impostos	50.337,2	43.062,8	51.164,1	18,8%	1,6%
Contribuições	37.652,0	28.225,4	38.268,5	35,6%	1,6%
Demais [2/]	12.629,2	8.197,8	11.824,6	44,2%	-6,4%
d/q Cessão Onerosa Exploração Petróleo	0,0	0,0	0,0	-	-
(-) Restituições	-405,3	-2.600,6	-1.856,1	-28,6%	358,0%
(-) Incentivos Fiscais	-1,6	0,0	0,0	-	-100,0%
Receitas da Previdência Social	***24.529,8***	***43.717,3***	***25.916,2***	***-40,7%***	***5,7%***
Receitas da Previdência Social - Urbano [3/]	24.078,2	43.057,8	25.424,1	-41,0%	5,6%
Receitas da Previdência Social - Rural [3/]	451,6	659,6	492,1	-25,4%	9,0%
Receitas do Banco Central	***320,3***	***408,5***	***107,8***	***-73,6%***	***-66,4%***
2. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	**21.995,3**	**21.929,0**	**22.489,3**	**2,6%**	**2,2%**
Transferências Constitucionais (IPI, IR e outras)	***16.050,8***	***18.037,8***	***16.509,4***	***-8,5%***	***2,9%***
Lei Complementar 87/1996 - Lei Complementar 115/2002 [4/]	***2.112,5***	***325,0***	***0,0***	***-100,0%***	***-100,0%***
Transferências da Cide - Combustíveis	***116,1***	***0,0***	***2,2***	***-***	***-98,1%***
Demais Transferências	***3.715,9***	***3.566,2***	***5.977,7***	***67,6%***	***60,9%***
3. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (1-2)	**103.066,4**	**99.082,2**	**102.935,7**	**3,9%**	**-0,1%**
4. DESPESA TOTAL	**90.030,1**	**98.019,1**	**92.530,4**	**-5,6%**	**2,8%**
Despesas do Tesouro Nacional	***60.672,0***	***55.745,4***	***60.714,3***	***8,9%***	***0,1%***
Pessoal e Encargos Sociais [2/]	19.197,3	23.094,6	20.065,4	-13,1%	4,5%
Custeio e Capital	41.191,9	32.297,3	40.587,1	25,7%	-1,5%
Despesa do FAT	5.663,8	3.458,4	4.773,0	38,0%	-15,7%
Abono e Seguro Desemprego	5.620,4	3.401,0	4.756,4	39,9%	-15,4%
Demais Despesas do FAT	43,4	57,4	16,6	-71,1%	-61,8%
Subsídios e Subvenções Econômicas [5/]	1.201,5	533,6	1.131,9	112,1%	-5,8%
Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	810,7	153,2	677,8	342,4%	-16,4%
Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	390,9	380,4	454,2	19,4%	16,2%
Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) [6/]	3.101,4	3.262,8	3.436,0	5,3%	10,8%
Capitalização da Petrobras	0,0	0,0	0,0	-	-
Auxílio à CDE	688,7	207,7	1.250,0	501,7%	81,5%
Outras Despesas de Custeio e Capital	30.536,5	24.834,7	29.996,2	20,8%	-1,8%
Outras Despesas de Custeio	19.423,6	20.913,9	22.309,1	6,7%	14,9%
Outras Despesas de Capital [7/]	11.112,9	3.920,8	7.687,1	96,1%	-30,8%
Transferência do Tesouro ao Banco Central	282,8	353,6	61,9	-82,5%	-78,1%
Benefícios Previdenciários	***29.125,1***	***41.948,2***	***31.567,8***	***-24,7%***	***8,4%***
Benefícios Previdenciários - Urbano [3/]	22.506,7	33.968,4	24.363,6	-28,3%	8,3%
Benefícios Previdenciários - Rural [3/]	6.618,3	7.979,8	7.204,2	-9,7%	8,9%
Despesas do Banco Central	***233,0***	***325,5***	***248,3***	***-23,7%***	***6,6%***
5. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB [8/]	**0,0**	**0,0**	**0,0**	**-**	**-**
6. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (3 - 4 + 5)	**13.036,3**	**1.063,0**	**10.405,3**	**878,8%**	**-20,2%**
Tesouro Nacional	***17.544,2***	***-789,2***	***16.197,4***	***-***	***-7,7%***
Previdência Social (RGPS) [9/]	***-4.595,2***	***1.769,1***	***-5.651,6***	***-***	***23,0%***
Previdência Social (RGPS) - Urbano [3/]	1.571,5	9.089,4	1.060,5	-88,3%	-32,5%
Previdência Social (RGPS) - Rural [3/]	-6.166,7	-7.320,2	-6.712,1	-8,3%	8,8%
Banco Central [10/]	***87,4***	***83,0***	***-140,5***	***-***	***-***
7. AJUSTE METODOLÓGICO [11/]	**0,0**	**0,0**	**218,4**	**-**	**-**
8. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	**-487,2**	**-308,4**	**n.d.**	**-**	**-**
9. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (6 + 7 + 8) [12/]	**12.549,1**	**754,6**	**n.d.**	**-**	**-**
10. JUROS NOMINAIS [12/]	**-23.632,2**	**-37.655,6**	**n.d.**	**-**	**-**
11. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (9 + 10) [12/]	**-11.083,1**	**-36.900,9**	**n.d.**	**-**	**-**
Memo:				-	-
Parcela patronal da CPSS [2/]	0,1	14,6	0,0	-100,0%	-100,0%
RMV [6/]	12,2	57,9	10,9	-81,1%	-10,1%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. A partir de 01/03/2012, inclui recursos de complementação do FGTS e despesas realizadas com recursos dessa contribuição, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

2/ Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

3/ Fonte: Ministério da Previdência Social. A apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

4/ Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

5/ Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

6/ Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central. A partir de janeiro de 2010, a rubrica inclui despesas com sentenças judiciais e precatórios.

7/ Apurado pelo conceito de "Despesas pagas", que corresponde aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Inclui Ordens Bancárias do último dia do ano anterior, com impacto no caixa no ano de referência. Exclui Ordens Bancárias do último dia do mês de referência, com impacto no caixa do período seguinte. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais informações da tabela porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. Corresponde ao investimento dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, incluindo grupo de despesa Investimento (GND 4) e Inversões Financeiras (GND 5), com exceção das despesas financeiras, conforme detalhamento na tabela A9. Inclui despesas com o Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - MCMV, conforme MP nº 516/2012.

8/ Em 2008 corresponde à despesa de integralização de cotas do FSB no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFIE, conforme previsto na Lei nº 11.887/2008, na MP nº 452/2008 e no Decreto nº 6.713/2008. Em 2012 corresponde à receita proveniente do resgate de cotas do Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização – FFIE, conforme previsto na Resolução CDFSB nº 9/2012.

9/ Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

10/ Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

11/ Recursos transitórios referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.

12/ Pelo critério "abaixo-da-linha", sem desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil.

Tabela 1.2. Resultado Primário do Governo Central [1/] - Brasil - Acumulado no Ano
R$ Milhões

Discriminação	2014 Janeiro	2015 Janeiro	Variação (%) Jan-Jan/15 Jan-Jan/14
1. RECEITA TOTAL	**125.061,7**	**125.425,1**	**0,3%**
Receitas do Tesouro Nacional	***100.211,5***	***99.401,1***	***-0,8%***
Receita Bruta	100.618,4	101.257,3	0,6%
Impostos	50.337,2	51.164,1	1,6%
Contribuições	37.652,0	38.268,5	1,6%
Demais [2/]	12.629,2	11.824,6	-6,4%
d/q Cessão Onerosa Exploração Petróleo	0,0	0,0	-
(-) Restituições	-405,3	-1.856,1	358,0%
(-) Incentivos Fiscais	-1,6	0,0	-100,0%
Receitas da Previdência Social	***24.529,8***	***25.916,2***	***5,7%***
Receitas da Previdência Social - Urbano [3/]	24.078,2	25.424,1	5,6%
Receitas da Previdência Social - Rural [3/]	451,6	492,1	9,0%
Receitas do Banco Central	***320,3***	***107,8***	***-66,4%***
2. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	**21.995,3**	**22.489,3**	**2,2%**
Transferências Constitucionais (IPI, IR e outras)	***16.050,8***	***16.509,4***	***2,9%***
Lei Complementar 87/1996 - Lei Complementar 115/2002 [4/]	***2.112,5***	***0,0***	***-100,0%***
Transferências da Cide - Combustíveis	***116,1***	***2,2***	***-98,1%***
Demais Transferências	***3.715,9***	***5.977,7***	***60,9%***
3. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (1-2)	**103.066,4**	**102.935,7**	**-0,1%**
4. DESPESA TOTAL	**90.030,1**	**92.530,4**	**2,8%**
Despesas do Tesouro Nacional	***60.672,0***	***60.714,3***	***0,1%***
Pessoal e Encargos Sociais [2/]	19.197,3	20.065,4	4,5%
Custeio e Capital	41.191,9	40.587,1	-1,5%
Despesa do FAT	5.663,8	4.773,0	-15,7%
Abono e Seguro Desemprego	5.620,4	4.756,4	-15,4%
Demais Despesas do FAT	43,4	16,6	-61,8%
Subsídios e Subvenções Econômicas [5/]	1.201,5	1.131,9	-5,8%
Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	810,7	677,8	-16,4%
Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	390,9	454,2	16,2%
Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) [6/]	3.101,4	3.436,0	10,8%
Capitalização da Petrobras	0,0	0,0	-
Auxílio à CDE	688,7	1.250,0	81,5%
Outras Despesas de Custeio e Capital	30.536,5	29.996,2	-1,8%
Outras Despesas de Custeio	19.423,6	22.309,1	14,9%
Outras Despesas de Capital [7/]	11.112,9	7.687,1	-30,8%
Transferência do Tesouro ao Banco Central	282,8	61,9	-78,1%
Benefícios Previdenciários	**29.125,1**	**31.567,8**	**8,4%**
Benefícios Previdenciários - Urbano [3/]	22.506,7	24.363,6	8,3%
Benefícios Previdenciários - Rural [3/]	6.618,3	7.204,2	8,9%
Despesas do Banco Central	**233,0**	**248,3**	**6,6%**
5. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB [8/]	**0,0**	**0,0**	**-**
6. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (3 - 4 + 5)	**13.036,3**	**10.405,3**	**-20,2%**
Tesouro Nacional	***17.544,2***	***16.197,4***	***-7,7%***
Previdência Social (RGPS) [9/]	***-4.595,2***	***-5.651,6***	***23,0%***
Previdência Social (RGPS) - Urbano [3/]	1.571,5	1.060,5	-32,5%
Previdência Social (RGPS) - Rural [3/]	-6.166,7	-6.712,1	8,8%
Banco Central [10/]	***87,4***	***-140,5***	***-***
7. AJUSTE METODOLÓGICO [11/]	**0,0**	**218,4**	**-**
8. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	**-487,2**	**nd**	**-**
9. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (6 + 7 + 8) [12/]	**12.549,1**	**nd**	**-**
10. JUROS NOMINAIS [12/]	**-23.632,2**	**nd**	**-**
11. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (9 + 10) [12/]	**-11.083,1**	**nd**	**-**
Memo:			-
Parcela patronal da CPSS [2/]	58,1	90,7	56,1%
RMV [6/]	1.441,4	527,5	-63,4%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. A partir de 01/03/2012, inclui recursos de complementação do FGTS e despesas realizadas com recursos dessa contribuição, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

2/ Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

3/ Fonte: Ministério da Previdência Social. A apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

4/ Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

5/ Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

6/ Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central. A partir de janeiro de 2010, a rubrica inclui despesas com sentenças

7/ Apurado pelo conceito de "Despesas pagas", que corresponde aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Inclui Ordens Bancárias do último dia do ano anterior, com impacto no caixa no ano de referência. Exclui Ordens Bancárias do último dia do mês de referência, com impacto no caixa do período seguinte. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais informações da tabela porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. Corresponde ao investimento dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, incluindo grupo de despesa Investimento (GND 4) e Inversões Financeiras (GND 5), com exceção das despesas financeiras, conforme detalhamento na tabela A9. Inclui despesas com o Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - MCMV, conforme MP nº 516/2012.

8/ Em 2008 corresponde à despesa de integralização de cotas do FSB no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFIE, conforme previsto na Lei nº 11.887/2008, na MP nº 452/2008 e no Decreto nº 6.713/2008. Em 2012 corresponde à receita proveniente do resgate de cotas do Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização – FFIE, conforme previsto na Resolução CDFSB nº 9/2012.

9/ Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

10/ Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

11/ Recursos transitórios referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.

12/ Pelo critério "abaixo-da-linha", sem desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil.

Tabela 2.1. Receitas Primárias do Governo Central [1/] - Brasil - Mensal
R$ Milhões

Discriminação	2014	2015		Variação (%)	
	Janeiro	Dezembro	Janeiro	Jan/15 Dez/14	Jan/15 Jan/14
1. RECEITA TOTAL	**125.061,7**	**121.011,2**	**125.425,1**	**3,6%**	**0,3%**
Receitas do Tesouro Nacional	**100.211,5**	**76.885,3**	**99.401,1**	**29,3%**	**-0,8%**
Receita Bruta	***100.618,4***	***79.485,9***	***101.257,3***	***27,4%***	***0,6%***
Impostos	*50.337,2*	*43.062,8*	*51.164,1*	18,8%	1,6%
IR	39.740,1	31.900,6	39.929,4	25,2%	0,5%
IR - Pessoa Física	1.336,2	1.306,0	1.276,3	-2,3%	-4,5%
IR - Pessoa Jurídica	22.288,7	11.457,3	20.578,0	79,6%	-7,7%
IR - Retido na Fonte	16.115,2	19.137,3	18.075,2	-5,5%	12,2%
IRRF - Rendimentos do Trabalho	9.581,3	7.724,4	10.562,8	36,7%	10,2%
IRRF - Rendimentos do Capital	3.378,3	7.948,0	3.901,2	-50,9%	15,5%
IRRF - Remessas ao Exterior	2.210,6	2.597,9	2.617,8	0,8%	18,4%
IRRF - Outros Rendimentos	945,0	867,0	993,4	14,6%	5,1%
IPI	4.976,1	5.318,8	5.420,9	1,9%	8,9%
IPI - Fumo	1.302,2	514,8	1.552,0	201,5%	19,2%
IPI - Bebidas	355,1	208,7	289,2	38,6%	-18,6%
IPI - Automóveis	345,6	397,7	349,1	-12,2%	1,0%
IPI - Vinculado a importação	1.342,8	1.258,1	1.392,1	10,7%	3,7%
IPI - Outros	1.630,5	2.939,5	1.838,5	-37,5%	12,8%
IOF	2.174,5	2.802,7	2.461,1	-12,2%	13,2%
Imposto de Importação	3.426,4	2.961,1	3.332,3	12,5%	-2,7%
Outros	19,9	79,6	20,3	-74,5%	1,8%
Contribuições	*37.652,0*	*28.225,4*	*38.268,5*	*35,6%*	*1,6%*
COFINS	17.573,0	16.817,9	18.099,1	7,6%	3,0%
CPMF	0,2	0,0	0,2	475,3%	4,1%
CSLL	11.669,0	4.361,5	11.378,7	160,9%	-2,5%
CIDE-Combustíveis	0,8	0,5	0,5	0,7%	-40,0%
Pis/Pasep	4.826,6	4.502,2	4.922,7	9,3%	2,0%
Salário Educação	2.441,8	1.541,4	2.612,4	69,5%	7,0%
Outras [2/]	1.140,7	1.001,9	1.255,0	25,3%	10,0%
Demais	*12.629,2*	*8.197,8*	*11.824,6*	44,2%	-6,4%
CPSS [3/]	1.017,5	1.146,2	1.106,6	-3,5%	8,8%
Cota parte de compensações financeiras	6.341,5	1.669,8	4.725,8	183,0%	-25,5%
Diretamente arrecadadas	3.924,1	3.565,5	4.236,9	18,8%	8,0%
Concessões	741,3	5.106,3	301,8	-94,1%	-59,3%
Dividendos	0,0	1.036,8	0,0	-100,0%	-89,2%
Cessão Onerosa Exploração de Petróleo	0,0	0,0	0,0	-	-
Outras	604,8	-4.326,9	1.453,6	-	140,3%
(-) Restituições	***-405,3***	***-2.600,6***	***-1.856,1***	***-28,6%***	***358,0%***
(-) Incentivos Fiscais	***-1,6***	***0,0***	***0,0***	***-***	***-100,0%***
Receitas da Previdência Social	**24.529,8**	**43.717,3**	**25.916,2**	**-40,7%**	**5,7%**
Urbana	***24.078,2***	***43.057,8***	***25.424,1***	***-41,0%***	***5,6%***
Rural	***451,6***	***659,6***	***492,1***	***-25,4%***	***9,0%***
Receitas do Banco Central	**320,3**	**408,5**	**107,8**	**-73,6%**	**-66,4%**
2. TRANSFERÊNCIAS TOTAL [4/]	**21.995,3**	**21.929,0**	**22.489,3**	**2,6%**	**2,2%**
Transferências Constitucionais	***16.050,8***	***18.037,8***	***16.509,4***	***-8,5%***	***2,9%***
Lei Complementar 87/1996 - Lei Complementar 115/2002 [5/]	***2.112,5***	***325,0***	***0,0***	***-100,0%***	***-100,0%***
Transferências da Cide - Combustíveis	***116,1***	***0,0***	***2,2***	***-***	***-98,1%***
Demais Transferências	***3.715,9***	***3.566,2***	***5.977,7***	***67,6%***	***60,9%***
Salário Educação	1.631,6	880,9	1.811,9	105,7%	11,0%
Royalties	1.339,3	1.903,9	1.198,5	-37,0%	-10,5%
Fundef/Fundeb	682,9	685,8	2.911,3	324,5%	326,3%
Outras	62,0	95,7	56,0	-41,5%	-9,8%
3. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (1-2)	**103.066,4**	**99.082,2**	**102.935,7**	**3,9%**	**-0,1%**

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Apurado pelo conceito de caixa, que corresponde ao ingresso efetivo na Conta Única.

2/ A partir de 01/03/2012, inclui recursos de complementação do FGTS, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

3/ Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

4/ Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única.

5/ Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

Tabela 2.2. Receitas Primárias do Governo Central [1/] - Brasil - Acumulado no Ano
R$ Milhões

Discriminação	2014 Janeiro	2015 Janeiro	Variação (%) Jan-Jan/15 Jan-Jan/14
1. RECEITA TOTAL	**125.061,7**	**125.425,1**	**0,3%**
Receitas do Tesouro Nacional	**100.211,5**	**99.401,1**	**-0,8%**
Receita Bruta	***100.618,4***	***101.257,3***	***0,6%***
Impostos	*50.337,2*	*51.164,1*	*1,6%*
IR	39.740,1	39.929,4	0,5%
IR - Pessoa Física	1.336,2	1.276,3	-4,5%
IR - Pessoa Jurídica	22.288,7	20.578,0	-7,7%
IR - Retido na Fonte	16.115,2	18.075,2	12,2%
IRRF - Rendimentos do Trabalho	9.581,3	10.562,8	10,2%
IRRF - Rendimentos do Capital	3.378,3	3.901,2	15,5%
IRRF - Remessas ao Exterior	2.210,6	2.617,8	18,4%
IRRF - Outros Rendimentos	945,0	993,4	5,1%
IPI	4.976,1	5.420,9	8,9%
IPI - Fumo	1.302,2	1.552,0	19,2%
IPI - Bebidas	355,1	289,2	-18,6%
IPI - Automóveis	345,6	349,1	1,0%
IPI - Vinculado a importação	1.342,8	1.392,1	3,7%
IPI - Outros	1.630,5	1.838,5	12,8%
IOF	2.174,5	2.461,1	13,2%
Imposto de Importação	3.426,4	3.332,3	-2,7%
Outros	19,9	20,3	1,8%
Contribuições	*37.652,0*	*38.268,5*	*1,6%*
COFINS	17.573,0	18.099,1	3,0%
CPMF	0,2	0,2	4,1%
CSLL	11.669,0	11.378,7	-2,5%
CIDE-Combustíveis	0,8	0,5	-40,0%
Pis/Pasep	4.826,6	4.922,7	2,0%
Salário Educação	2.441,8	2.612,4	7,0%
Outras [2/]	1.140,7	1.255,0	10,0%
Demais	*12.629,2*	*11.824,6*	*-6,4%*
CPSS [3/]	1.017,5	1.106,6	8,8%
Cota parte de compensações financeiras	6.341,5	4.725,8	-25,5%
Diretamente arrecadadas	3.924,1	4.236,9	8,0%
Concessões	741,3	301,8	-59,3%
Dividendos	0,0	0,0	-89,2%
Cessão Onerosa Exploração de Petróleo	0,0	0,0	-
Outras	604,8	1.453,6	140,3%
(-) Restituições	***-405,3***	***-1.856,1***	***358,0%***
(-) Incentivos Fiscais	***-1,6***	***0,0***	***-100,0%***
Receitas da Previdência Social	**24.529,8**	**25.916,2**	**5,7%**
Urbana	***24.078,2***	***25.424,1***	***5,6%***
Rural	***451,6***	***492,1***	***9,0%***
Receitas do Banco Central	**320,3**	**107,8**	**-66,4%**
2. TRANSFERÊNCIAS TOTAL [4/]	**21.995,3**	**22.489,3**	**2,2%**
Transferências Constitucionais	***16.050,8***	***16.509,4***	***2,9%***
Lei Complementar 87/1996 - Lei Complementar 115/2002 [5/]	***2.112,5***	***0,0***	***-100,0%***
Transferências da Cide - Combustíveis	***116,1***	***2,2***	***-98,1%***
Demais Transferências	***3.715,9***	***5.977,7***	***60,9%***
Salário Educação	1.631,6	1.811,9	11,0%
Royalties	1.339,3	1.198,5	-10,5%
Fundef/Fundeb	682,9	2.911,3	326,3%
Outras	62,0	56,0	-9,8%
3. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (1-2)	**103.066,4**	**102.935,7**	**-0,1%**

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Apurado pelo conceito de caixa, que corresponde ao ingresso efetivo na Conta Única.

2/ A partir de 01/03/2012, inclui recursos de complementação do FGTS, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

3/ Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

4/ Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única.

5/ Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

Tabela 3.1. Dividendos pagos à União [1/] - Brasil - Mensal
R$ Milhões

Discriminação	2014	2015		Variação (%)	
	Janeiro	Dezembro	Janeiro	Jan/15 Dez/14	Jan/15 Jan/14
DIVIDENDOS	**0,0**	**1.036,8**	**0,0**	**-100,0%**	**-89,2%**
Banco do Brasil	0,0	494,1	0,0	-100,0%	-
BNB	0,0	0,0	0,0	-	-
BNDES	0,0	0,0	0,0	-	-
Caixa	0,0	450,0	0,0	-100,0%	-
Correios	0,0	0,0	0,0	-	-
Eletrobras	0,0	0,0	0,0	-	-
IRB	0,0	35,3	0,0	-100,0%	-
Petrobras	0,0	0,0	0,0	-	-
Demais	0,0	57,4	0,0	-100,0%	-89,2%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Apurado pelo conceito de caixa, que corresponde ao ingresso efetivo na Conta Única.

Tabela 3.2. Dividendos pagos à União [1/] - Brasil - Acumulado no Ano
R$ Milhões

Discriminação	2014 Janeiro	2015 Janeiro	Variação (%) Jan-Jan/15 Jan-Jan/14
DIVIDENDOS	**0,0**	**0,0**	**-89,2%**
Banco do Brasil	0,0	0,0	-
BNB	0,0	0,0	-
BNDES	0,0	0,0	-
Caixa	0,0	0,0	-
Correios	0,0	0,0	-
Eletrobras	0,0	0,0	-
IRB	0,0	0,0	-
Petrobras	0,0	0,0	-
Demais	0,0	0,0	-89,2%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Apurado pelo conceito de caixa, que corresponde ao ingresso efetivo na Conta Única.

Tabela 4.1. Despesas Primárias do Governo Central [1/] - Brasil - Mensal
R$ Milhões

Discriminação	2014	2015		Variação (%)	
	Janeiro	Dezembro	Janeiro	Jan/15 Dez/14	Jan/15 Jan/14
DESPESA TOTAL	**90.030,1**	**98.019,1**	**92.530,4**	**-5,6%**	**2,8%**
Despesas do Tesouro	**60.672,0**	**55.745,4**	**60.714,3**	**8,9%**	**0,1%**
Pessoal e Encargos Sociais [2/]	***19.197,3***	***23.094,6***	***20.065,4***	***-13,1%***	***4,5%***
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	***459,5***	***284,2***	***239,7***	***-15,7%***	*-47,8%*
Custeio e Capital	***41.191,9***	***32.297,3***	***40.587,1***	***25,7%***	***-1,5%***
Despesa do FAT	*5.663,8*	*3.458,4*	*4.773,0*	*38,0%*	*-15,7%*
Abono e Seguro Desemprego	5.620,4	3.401,0	4.756,4	39,9%	-15,4%
Demais Despesas do FAT	43,4	57,4	16,6	-71,1%	-61,8%
Subsídios e Subvenções Econômicas [4/]	*1.201,5*	*533,6*	*1.131,9*	*112,1%*	*-5,8%*
Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	810,7	153,2	677,8	342,4%	-16,4%
Equalização de custeio agropecuário	19,8	91,2	1,0	-98,9%	-94,9%
Equalização de invest. rural e agroindustrial [5/]	2,0	6,4	0,0	-100,0%	-100,0%
Política de preços agrícolas	254,1	5,8	20,0	244,0%	-92,1%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,1	0,0	0,0	-	-100,0%
Equalização Aquisições do Governo Federal	239,0	-20,4	0,0	-100,0%	-100,0%
Garantia à Sustentação de Preços	15,0	26,3	20,0	-23,8%	33,3%
Pronaf	29,9	-88,5	-1,0	-98,9%	-
Equalização Empréstimo do Governo Federal	20,4	37,0	0,2	-99,3%	-98,8%
Concessão de Financiamento [6/]	9,5	-125,5	-1,2	-99,0%	-
Aquisição	0,0	0,0	0,0	-	-
Proex	147,5	92,9	2,3	-97,5%	-98,4%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	122,6	126,5	49,1	-61,2%	-60,0%
Concessão de Financiamento [6/]	25,0	-33,6	-46,7	39,0%	-
Programa especial de saneamento de ativos (PESA) [7/]	272,9	3,1	221,6	-	-18,8%
Álcool	0,0	0,0	0,0	-	-
Cacau	0,0	0,0	0,0	-	-
Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)	0,0	0,0	0,0	-	-
Securitização da dívida agrícola (Lei nº 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	-	-
Fundo da terra/ INCRA [6/]	-8,0	32,2	-10,8	-	36,0%
Funcafé	13,8	10,0	3,5	-65,3%	-74,9%
Revitaliza	0,0	0,0	1,2	-	-
Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	16,0	0,0	78,1	-	388,5%
Operações de Microcredito Produtivo Orientado (EQMPO)	12,5	0,0	262,4	-	-
Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD) [8/]	0,0	0,0	0,0	-	-
Fundo nacional de desenvolvimento (FND) [6/]	0,0	0,0	0,0	-	-
Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	0,0	0,0	0,0	-	-
Capitalização à Emgea	0,0	0,0	0,0	-	-
Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	50,1	0,0	100,0	-	99,7%
Subvenções Econômicas	0,0	0,2	0,0	-100,0%	-
Equalização dos Fundos FDA/FNDE/FCO	0,0	0,0	0,0	-	-
Sudene	0,0	0,0	0,0	-	-
Receitas de Recuperação de Subvenções [12/]	0,0	0,0	-0,6	-	-
Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	*390,9*	*380,4*	*454,2*	*19,4%*	*16,2%*
Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) [9/]	*3.101,4*	*3.262,8*	*3.436,0*	*5,3%*	*10,8%*
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios [10/]	*148,4*	*0,0*	*121,9*	-	*-17,8%*
Capitalização da Petrobras	*0,0*	*0,0*	*0,0*	-	-
Auxílio à CDE	688,7	*207,7*	*1.250,0*	*501,7%*	*81,5%*
Outras Despesas de Custeio e Capital	30.536,5	24.834,7	29.996,2	*20,8%*	*-1,8%*
Sentenças Judiciais e Precatórios	51,8	3.701,1	271,4	-92,7%	424,4%
Legislativo	138,3	206,4	130,7	-36,7%	-5,5%
Judiciário	577,1	962,3	567,5	-41,0%	-1,6%
Crédito Extraordinário (Exclui-PAC)	562,5	201,7	193,0	-4,3%	-65,7%
Programa de Aceleração do Crescimento - PAC	7.233,6	3.778,9	4.739,9	25,4%	-34,5%
Outras Obrigatórias [10/]	247,7	448,1	1.338,8	198,7%	440,4%
Discricionárias	20.757,1	13.759,6	21.079,9	53,2%	1,6%
Compensação RGPS [11/]	*968,4*	*1.776,5*	*1.675,0*	***-5,7%***	***73,0%***
Transferência do Tesouro ao Banco Central	***282,8***	***353,6***	***61,9***	***-82,5%***	***-78,1%***
Benefícios Previdenciários	**29.125,1**	**41.948,2**	**31.567,8**	**-24,7%**	**8,4%**
Benefícios Previdenciários - Urbano [3/]	***22.506,7***	***33.968,4***	***24.363,6***	***-28,3%***	***8,3%***
Sentenças Judiciais e Precatórios	*988,5*	*508,8*	*569,9*	*12,0%*	*-42,3%*
Benefícios Previdenciários - Rural [3/]	***6.618,3***	***7.979,8***	***7.204,2***	***-9,7%***	***8,9%***
Sentenças Judiciais e Precatórios	*292,4*	*120,3*	*169,5*	*40,8%*	*-42,0%*
Despesas do Banco Central	**232,97**	**325,50**	**248,31**	**-23,7%**	**6,6%**
Memo:					
Parcela patronal da CPSS [2/]	0,1	14,6	-	-100,0%	-100,0%
RMV [8/]	12,2	57,9	10,9	*-81,1%*	*-10,1%*

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única.

2/ Exclui a parcela patronal da CPSS do servidor público federal.

3/ Fonte: Ministério da Previdência Social. A Apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

4/ Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

5/ Inclui retornos derivados de decisões judiciais relativas aos programas "Unificados Rurais" e "Unificados Industriais".

6/ Concessão de empréstimos menos retornos.

7/ Inclui "despesas" decorrentes da baixa de ativos associada à inscrição em Dívida Ativa da União.

8/ Operações de crédito direcionadas exclusivamente para a aquisição de bens e serviços de tecnologia assistiva destinados a pessoas com deficiência, nos termos da Lei nº 12.613/2012. Concessão de empréstimos menos retornos.

9/ Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central. A partir de janeiro de 2010, a rubrica inclui despesas com sentenças judiciais e precatórios.

10/ A partir de 01/03/2012, inclui despesas realizadas com recursos de complementação do FGTS, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

11/ Despesa correspondente à compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) em função da desoneração da folha de pagamentos, conforme previsto na Lei nº 12.715/2012.

12/ Receitas referentes a devolução de diferencial de encargo tomador, a atualização de devolução de equalização e de recuperação de despesas de exercícios anteriores.

Tabela 4.2. Despesas Primárias do Governo Central [1/] - Brasil - Acumulado no Ano
R$ Milhões

Discriminação	2014 Janeiro	2015 Janeiro	Variação (%) Jan-Jan/15 Jan-Jan/14
DESPESA TOTAL	**90.030,1**	**92.530,4**	**2,8%**
Despesas do Tesouro	**60.672,0**	**60.714,3**	**0,1%**
Pessoal e Encargos Sociais [2/]	***19.197,3***	***20.065,4***	***4,5%***
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	***459,5***	***239,7***	*-47,8%*
Custeio e Capital	***41.191,9***	***40.587,1***	***-1,5%***
Despesa do FAT	*5.663,8*	*4.773,0*	*-15,7%*
Abono e Seguro Desemprego	5.620,4	4.756,4	-15,4%
Demais Despesas do FAT	43,4	16,6	-61,8%
Subsídios e Subvenções Econômicas [4/]	*1.201,5*	*1.131,9*	*-5,8%*
Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	810,7	677,8	-16,4%
Equalização de custeio agropecuário	19,8	1,0	-94,9%
Equalização de invest. rural e agroindustrial [5/]	2,0	0,0	-100,0%
Política de preços agrícolas	254,1	20,0	-92,1%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,1	0,0	-100,0%
Equalização Aquisições do Governo Federal	239,0	0,0	-100,0%
Garantia à Sustentação de Preços	15,0	20,0	33,3%
Pronaf	29,9	-1,0	-
Equalização Empréstimo do Governo Federal	20,4	0,2	-98,8%
Concessão de Financiamento [6/]	9,5	-1,2	-
Aquisição	0,0	0,0	-
Proex	147,5	2,3	-98,4%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	122,6	49,1	-60,0%
Concessão de Financiamento [6/]	25,0	-46,7	-
Programa especial de saneamento de ativos (PESA) [7/]	272,9	221,6	-18,8%
Álcool	0,0	0,0	-
Cacau	0,0	0,0	-
Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)	0,0	0,0	-
Securitização da dívida agrícola (Lei nº 9.138/1995)	0,0	0,0	-
Fundo da terra/ INCRA [6/]	-8,0	-10,8	36,0%
Funcafé	13,8	3,5	-74,9%
Revitaliza	0,0	1,2	-
Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	16,0	78,1	388,5%
Operações de Microcredito Produtivo Orientado (EQMPO)	12,5	262,4	-
Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD) [8/]	0,0	0,0	-
Fundo nacional de desenvolvimento (FND) [6/]	0,0	0,0	-
Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	0,0	0,0	-
Capitalização à Emgea	0,0	0,0	-
Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	50,1	100,0	99,7%
Subvenções Econômicas	0,0	0,0	-
Equalização dos Fundos FDA/FNDE/FCO	0,0	0,0	-
Sudene	0,0	0,0	-
Receitas de Recuperação de Subvenções [12/]	0,0	-0,6	-
Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	390,9	454,2	16,2%
Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) [9/]	3.101,4	3.436,0	10,8%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	148,4	121,9	-17,8%
Capitalização da Petrobras	0,0	0,0	-
Auxílio à CDE	688,7	1.250,0	*81,5%*
Outras Despesas de Custeio e Capital	30.536,5	29.996,2	*-1,8%*
Sentenças Judiciais e Precatórios	51,8	271,4	424,4%
Legislativo	138,3	130,7	-5,5%
Judiciário	577,1	567,5	-1,6%
Crédito Extraordinário (Exclui-PAC)	562,5	193,0	-65,7%
Programa de Aceleração do Crescimento - PAC	7.233,6	4.739,9	-34,5%
Outras Obrigatórias [10/]	247,7	1.338,8	440,4%
Discricionárias	20.757,1	21.079,9	1,6%
Compensação RGPS [11/]	968,4	1.675,0	73,0%
Transferência do Tesouro ao Banco Central	***282,8***	***61,9***	***-78,1%***
Benefícios Previdenciários	**29.125,1**	**31.567,8**	**8,4%**
Benefícios Previdenciários - Urbano [3/]	***22.506,7***	***24.363,6***	***8,3%***
Sentenças Judiciais e Precatórios	*988,5*	*569,9*	*-42,3%*
Benefícios Previdenciários - Rural [3/]	***6.618,3***	***7.204,2***	***8,9%***
Sentenças Judiciais e Precatórios	*292,4*	*169,5*	*-42,0%*
Despesas do Banco Central	**233,0**	**248,3**	**6,6%**
Memo:	0,0	0,0	
Parcela patronal da CPSS [2/]	0,1	0,0	-100,0%
RMV [8/]	12,2	10,9	-10,1%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única.

2/ Exclui a parcela patronal da CPSS do servidor público federal.

3/ Fonte: Ministério da Previdência Social. A Apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

4/ Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

5/ Inclui retornos derivados de decisões judiciais relativas aos programas "Unificados Rurais" e "Unificados Industriais".

6/ Concessão de empréstimos menos retornos.

7/ Inclui "despesas" decorrentes da baixa de ativos associada à inscrição em Dívida Ativa da União.

8/ Operações de crédito direcionadas exclusivamente para a aquisição de bens e serviços de tecnologia assistiva destinados a pessoas com deficiência, nos termos da Lei nº 12.613/2012. Concessão de empréstimos menos retornos.

9/ Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central. A partir de janeiro de 2010, a rubrica inclui despesas com sentenças judiciais e precatórios.

10/ A partir de 01/03/2012, inclui despesas realizadas com recursos de complementação do FGTS, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

11/ Despesa correspondente à compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) em função da desoneração da folha de pagamentos, conforme previsto na Lei nº 12.715/2012.

12/ Receitas referentes a devolução de diferencial de encargo tomador, a atualização de devolução de equalização e de recuperação de despesas de exercícios anteriores.

Tabela 5.1. Investimento do Governo Federal por Órgão [1/] - Brasil - Acumulado no Ano
R$ Milhões

Discriminação	Jan/2014						Jan/2015					
	Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa Executada	Despesas pagas no ano [2/]			Dotação autorizada no ano [4/]	Despesa empenhada	Despesa Executada	Despesas pagas no ano [2/]		
				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos [3/]	Total				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos [3/]	Total
INVESTIMENTO TOTAL	**99.072.335,1**	**3.652.274,9**	**299.282,1**	**271.034,8**	**10.841.867,5**	**11.112.191,9**	**34.245.678,9**	**103.687,6**	**6.927,0**	**1.358,6**	**7.685.718,3**	**7.687.076,9**
Câmara dos Deputados	240.937,2	3.883,6	0,0	0,0	4.391,2	4.391,2	84.695,5	5.339,7	0,0	0,0	5.936,8	5.936,8
Senado Federal	69.831,6	0,0	0,0	0,0	457,7	457,7	22.406,7	410,4	15,0	15,0	7.032,9	7.047,9
Tribunal de Contas da União	63.914,2	154,6	8,8	8,8	7.639,6	7.648,5	17.903,7	8,2	7,8	7,8	5.266,8	5.274,6
Supremo Tribunal Federal	39.357,6	721,9	1,0	1,0	1.965,2	1.966,2	15.888,1	0,0	0,0	0,0	332,7	332,7
Superior Tribunal de Justiça	46.704,0	0,0	0,0	0,0	1.685,6	1.685,6	18.807,9	1.616,9	0,0	0,0	3.999,6	3.999,6
Justiça Federal	415.263,3	3.391,9	137,2	137,2	14.855,7	14.992,9	121.949,2	615,9	22,6	5,9	9.031,0	9.037,0
Justiça Militar	19.498,2	10,9	0,0	0,0	508,5	508,5	5.355,0	93,6	0,0	0,0	374,1	374,1
Justiça Eleitoral	307.269,9	481,1	0,0	0,0	4.980,2	4.980,2	338.251,8	62,3	0,0	0,0	10.878,0	10.878,0
Justiça do Trabalho	644.020,7	1.083,9	3,1	3,1	18.771,3	18.774,4	152.717,8	2.611,2	0,0	0,0	23.879,5	23.879,5
Justiça do Trabalho do Distrito Federal e dos Territórios	56.850,7	1.706,4	0,0	0,0	2.918,9	2.918,9	24.352,2	1.208,1	0,0	0,0	2.046,9	2.046,9
Conselho Nacional de Justiça	69.598,1	0,0	0,0	0,0	855,5	855,5	20.261,5	0,0	0,0	0,0	815,0	815,0
Presidência da República [5/]	4.058.290,7	4.407,1	66,6	66,6	222.015,9	222.082,5	1.238.047,4	0,0	0,0	0,0	302.558,4	302.558,4
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	322.233,2	107,7	0,0	0,0	758,8	758,8	329.939,9	0,0	0,0	0,0	1.416,2	1.416,2
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	1.144.058,7	0,0	0,0	0,0	44.895,5	44.895,5	144.031,3	0,0	0,0	0,0	132.388,7	132.388,7
Ministério da Ciência e Tecnologia	1.429.457,8	101.082,6	2.674,0	53,1	38.170,4	38.223,5	315.598,5	0,0	0,0	0,0	73.380,9	73.380,9
Ministério da Fazenda	1.286.050,8	25.592,0	84,6	84,6	66.269,7	66.354,4	421.140,1	0,0	0,0	0,0	75.956,5	75.956,5
Ministério da Educação	14.117.077,4	194.229,2	13.706,0	3.507,7	1.462.581,3	1.466.089,0	4.650.910,1	0,0	0,0	0,0	723.417,7	723.417,7
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	167.509,0	1.176,0	921,1	921,1	3.558,5	4.479,6	74.706,0	0,0	0,0	0,0	8.407,3	8.407,3
Defensoria Pública da União	19.387,5	0,0	0,0	0,0	705,2	0,0	33.230,0	0,0	0,0	0,0	2.738,6	2.738,6
Ministério da Justiça	1.965.395,8	19.564,2	3,0	3,0	341.960,6	341.963,6	454.475,8	0,0	0,0	0,0	65.340,0	65.340,0
Ministério de Minas e Energia	137.236,6	153.384,4	0,0	0,0	9.652,2	9.652,2	36.053,1	0,0	0,0	0,0	2.412,8	2.412,8
Ministério da Previdência Social	147.841,6	1.466,3	0,0	0,0	7.197,4	7.197,4	33.877,8	0,0	0,0	0,0	5.887,3	5.887,3
Ministério Público da União	352.414,8	2.920,4	0,0	0,0	8.404,3	8.404,3	49.020,3	1.228,1	1.028,1	72,5	10.698,0	10.770,5
Ministério das Relações Exteriores	30.211,3	370,6	0,0	0,0	377,8	377,8	9.223,9	0,0	0,0	0,0	391,6	391,6
Ministério da Saúde	9.961.818,8	90.380,7	8.574,1	7.919,3	754.862,5	762.781,8	4.375.316,8	90.487,3	5.853,4	1.257,4	222.409,8	223.667,1
Ministério do Trabalho e Emprego	107.791,2	16,1	11,8	10,0	1.858,1	1.868,1	37.885,5	0,0	0,0	0,0	1.355,2	1.355,2
Ministério dos Transportes	15.574.304,1	136.786,8	5,9	5,9	2.379.825,0	2.379.830,9	4.599.570,1	0,0	0,0	0,0	1.606.100,7	1.606.100,7
Ministério das Comunicações	277.946,2	0,0	0,0	0,0	10.173,4	10.173,4	338.152,2	0,0	0,0	0,0	149,0	149,0
Ministério da Cultura	515.716,7	995,3	0,0	0,0	57.715,0	57.715,0	95.169,3	0,0	0,0	0,0	20.693,3	20.693,3
Ministério do Meio Ambiente	406.845,9	693,5	0,0	0,0	2.958,0	2.958,0	93.942,6	0,0	0,0	0,0	8.234,0	8.234,0
Ministério do Desenvolvimento Agrário	1.889.224,1	5.141,9	0,0	0,0	451.792,0	451.792,0	1.450.216,5	0,0	0,0	0,0	54.224,9	54.224,9
Ministério do Esporte	1.408.375,7	492,3	0,0	0,0	5.977,9	5.977,9	562.314,2	0,0	0,0	0,0	167.433,3	167.433,3
Ministério da Defesa	9.389.760,1	2.472.903,4	260.828,6	246.276,6	2.235.748,7	2.482.025,3	5.326.069,3	5,8	0,0	0,0	1.015.357,9	1.015.357,9
Ministério da Integração Nacional	7.632.545,5	416.925,3	12.256,3	12.036,8	538.362,0	550.398,8	1.516.347,6	0,0	0,0	0,0	587.034,7	587.034,7
Ministério do Turismo	1.064.780,6	2,4	0,0	0,0	38.557,6	38.557,6	48.200,0	0,0	0,0	0,0	90.421,5	90.421,5
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	894.083,7	0,0	0,0	0,0	58.299,4	58.299,4	139.400,9	0,0	0,0	0,0	38.572,5	38.572,5
Ministério das Cidades	22.570.615,0	10.032,2	0,0	0,0	2.039.224,9	2.039.224,9	7.019.105,6	0,0	0,0	0,0	2.398.466,8	2.398.466,8
Ministério da Pesca e Agricultura	189.336,7	0,0	0,0	0,0	895,0	895,0	16.778,2	0,0	0,0	0,0	233,8	233,8
Conselho Nacional do Ministério Público	7.180,0	0,0	0,0	0,0	35,6	35,6	1.033,3	0,0	0,0	0,0	59,1	59,1
Advocacia Geral da União	31.600,0	2.170,4	0,0	0,0	5,2	0,0	13.333,3	0,0	0,0	0,0	384,3	384,3

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Corresponde ao investimento dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, contemplando grupo de despesa Investimento (GND 4) e Inversões Financeiras (GND 5), com exceção das despesas financeiras. Inclui despesas com o Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - MCMV, conforme MP nº 516/2012.

2/ Despesas pagas correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela 1.1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.

3/ Inclui Ordens Bancárias do último dia do ano anterior, com impacto no caixa no ano de referência. Exclui Ordens Bancárias do último dia do mês de referência, com impacto no caixa do período seguinte.

4/ Incorpora os efeitos da perda de eficácia da Medida Provisória nº 598/12 em 03 de junho de 2013.

5/ Inclui Gabinete da Presidência, Vice-Gabinete da Presidência e Advocacia Geral da União.

Tabela 6.1. Execução Financeira do Tesouro Nacional [1/] - Brasil - Mensal
R$ Milhões

Discriminação	2014	2015		Variação (%)	
	Janeiro	Dezembro	Janeiro	Jan/15 Dez/14	Jan/15 Jan/14
FLUXO FISCAL					
1. RECEITAS	**97.462,9**	**144.103,3**	**n.d.**	**-**	**-**
1.1. Recolhimento Bruto	67.927,9	95.365,3	n.d.	-	-
1.2. (-) Incentivos Fiscais	-1,6	0,0	n.d.	-	-
1.3. Outras Operações Oficiais de Crédito	1.688,3	2.106,0	n.d.	-	-
1.4. Receita das Operações de Crédito	368,5	327,9	n.d.	-	-
1.5. Receita do Salário Educação	2.716,0	1.704,2	n.d.	-	-
1.6. Arrecadação Líquida da Previdência Social	24.763,9	44.599,8	n.d.	-	-
1.7. Remuneração de Disponibilidades - BB	0,0	0,0	n.d.	-	-
2. DESPESAS	**110.357,5**	**128.390,8**	**n.d.**	**-**	**-**
2.1. Liberações Vinculadas	***26.996,9***	***26.996,5***	***n.d.***	**-**	**-**
Transferências a Fundos Constitucionais	17.116,7	19.005,7	n.d.	-	-
Demais transferências a Estados e Municípios	2.348,0	2.333,8	n.d.	-	-
Transferência da Lei Complementar nº 87/1996	2.112,5	162,5	n.d.	-	-
Outras Vinculações	5.419,6	5.494,5	n.d.	-	-
2.2. Liberações Ordinárias	***83.360,6***	***101.394,3***	***n.d.***	**-**	**-**
Pessoal e Encargos Sociais	19.835,6	20.150,8	n.d.	-	-
Encargos da Dívida Contratual	1.349,6	678,8	n.d.	-	-
Dívida Contratual Interna	42,4	25,7	n.d.	-	-
Dívida Contratual Externa	1.307,2	653,2	n.d.	-	-
Encargos da DPMF - Mercado	11.805,4	273,5	n.d.	-	-
Benefícios Previdenciários	18.248,9	41.503,7	n.d.	-	-
Custeio e Investimento	31.032,5	38.355,7	n.d.	-	-
Operações Oficiais de Crédito	1.088,6	431,7	n.d.	-	-
Restos a Pagar	0,0	0,0	n.d.	-	-
3. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (1 - 2)	**-12.894,6**	**15.712,5**	**n.d.**	**-**	**-**
FLUXO DE FINANCIAMENTO				-	-
4. RECEITAS	**46.211,3**	**67.527,7**	**n.d.**	**-**	**-**
4.1. Emissão de Títulos - Mercado	43.698,7	65.255,5	n.d.	-	-
4.2. Outras Operações de Crédito	2.512,6	2.272,2	n.d.	-	-
5. DESPESAS	**119.250,7**	**2.232,5**	**n.d.**	**-**	**-**
5.1. Amortização da Dívida Interna	119.221,4	1.064,5	n.d.	-	-
Resgate de Títulos - Mercado	119.029,6	980,5	n.d.	-	-
Dívida Contratual	191,8	84,0	n.d.	-	-
5.2. Amortização da Dívida Externa	29,3	1.167,9	n.d.	-	-
5.3. Aquisição de Garantias/Outras Liberações	0,0	0,0	n.d.	-	-
6. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (4.1 - 5.1)	**-75.522,7**	**64.191,0**	**n.d.**	**-**	**-**
7. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN	**-26.120,6**	**42.400,8**	**n.d.**	**-**	**-**
8. FLUXO DE CAIXA TOTAL (3 + 4 + 5 + 7)	**-112.054,6**	**123.408,4**	**n.d.**	**-**	**-**

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Valores apurados pelo conceito de "Liberação", que correspondem à disponibilização, por parte da STN, de limites de saque aos órgãos setoriais. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais tabelas desta publicação pois este último corresponde aos valores efetivamente sacados da Conta Única por meio da emissão de OB´s.

Tabela 6.2. Execução Financeira do Tesouro Nacional [1/] - Brasil - Acumulado no Ano
R$ Milhões

Discriminação	2014 Janeiro	2015 Janeiro	Variação (%) Jan-Jan/15 Jan-Jan/14
FLUXO FISCAL			
1. RECEITAS	**97.462,9**	**n.d.**	**-**
1.1. Recolhimento Bruto	67.927,9	n.d.	-
1.2. (-) Incentivos Fiscais	-1,6	n.d.	-
1.3. Outras Operações Oficiais de Crédito	1.688,3	n.d.	-
1.4. Receita das Operações de Crédito	368,5	n.d.	-
1.5. Receita do Salário Educação	2.716,0	n.d.	-
1.6. Arrecadação Líquida da Previdência Social	24.763,9	n.d.	-
1.7. Remuneração de Disponibilidades - BB	0,0	n.d.	-
2. DESPESAS	**110.357,5**	**n.d.**	**-**
2.1. Liberações Vinculadas	***26.996,9***	***n.d.***	**-**
Transferências a Fundos Constitucionais	17.116,7	n.d.	-
Demais transferências a Estados e Municípios	2.348,0	n.d.	-
Transferência da Lei Complementar nº 87/1996	2.112,5	n.d.	-
Outras Vinculações	5.419,6	n.d.	-
2.2. Liberações Ordinárias	***83.360,6***	***n.d.***	**-**
Pessoal e Encargos Sociais	19.835,6	n.d.	-
Encargos da Dívida Contratual	1.349,6	n.d.	-
Dívida Contratual Interna	42,4	n.d.	-
Dívida Contratual Externa	1.307,2	n.d.	-
Encargos da DPMF - Mercado	11.805,4	n.d.	-
Benefícios Previdenciários	18.248,9	n.d.	-
Custeio e Investimento	31.032,5	n.d.	-
Operações Oficiais de Crédito	1.088,6	n.d.	-
Restos a Pagar	0,0	n.d.	-
3. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (1 - 2)	**-12.894,6**	**n.d.**	**-**
FLUXO DE FINANCIAMENTO			
4. RECEITAS	**46.211,3**	**n.d.**	**-**
4.1. Emissão de Títulos - Mercado	43.698,7	n.d.	-
4.2. Outras Operações de Crédito	2.512,6	n.d.	-
5. DESPESAS	**119.250,7**	**n.d.**	**-**
5.1. Amortização da Dívida Interna	119.221,4	n.d.	-
Resgate de Títulos - Mercado	119.029,6	n.d.	-
Dívida Contratual	191,8	n.d.	-
5.2. Amortização da Dívida Externa	29,3	n.d.	-
5.3. Aquisição de Garantias/Outras Liberações	0,0	n.d.	-
6. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (4.1 - 5.1)	**-75.522,7**	**n.d.**	**-**
7. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN	**-26.120,6**	**n.d.**	**-**
8. FLUXO DE CAIXA TOTAL (3 + 4 + 5 + 7)	**-112.054,6**	**n.d.**	**-**

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Valores apurados pelo conceito de "Liberação", que correspondem à disponibilização, por parte da STN, de limites de saque aos órgãos setoriais. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais tabelas desta publicação pois este último corresponde aos valores efetivamente sacados da Conta Única por meio da emissão de OB´s.

Tabela 7.1. Relacionamento Tesouro Nacional e Banco Central [1/] - Brasil - Mensal
R$ Milhões

Discriminação	2014	2015		Variação (%)	
	Janeiro	Dezembro	Janeiro	Jan/15 Dez/14	Jan/15 Jan/14
1. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	**38.879,4**	**42.400,8**	**n.d.**	**-**	**-**
Emissão de Títulos	33.816,7	37.027,6	n.d.	-	-
Remuneração das Disponibilidades	4.567,1	4.955,9	n.d.	-	-
Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	495,6	417,2	n.d.	-	-
Resultado do Banco Central	0,0	0,0	n.d.	-	-
2. DESPESAS NO BACEN	**65.000,0**	**0,0**	**n.d.**	**-**	**-**
Resgate de Títulos	60.000,0	0,0	n.d.	-	-
Encargos da DPMF	5.000,0	0,0	n.d.	-	-
3. RESULTADO (1 - 2)	**-26.120,6**	**42.400,8**	**n.d.**	**-**	**-**

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Valores apurados pelo conceito de "Liberação", que correspondem à disponibilização, por parte da STN, de limites de saque aos órgãos setoriais. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais tabelas desta publicação pois este último corresponde aos valores efetivamente sacados da Conta Única por meio da emissão de OB´s.

Tabela 7.2. Relacionamento Tesouro Nacional e Banco Central [1/] - Brasil - Acumulado no Ano
R$ Milhões

Discriminação	2014 Janeiro	2015 Janeiro	Variação (%) Jan-Jan/15 Jan-Jan/14
1. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	**38.879,4**	**n.d.**	**-**
Emissão de Títulos	33.816,7	n.d.	-
Remuneração das Disponibilidades	4.567,1	n.d.	-
Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	495,6	n.d.	-
Resultado do Banco Central	0,0	n.d.	-
2. DESPESAS NO BACEN	**65.000,0**	**n.d.**	**-**
Resgate de Títulos	60.000,0	n.d.	-
Encargos da DPMF	5.000,0	n.d.	-
3. RESULTADO (1 - 2)	**-26.120,6**	**n.d.**	**-**

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Valores apurados pelo conceito de "Liberação", que correspondem à disponibilização, por parte da STN, de limites de saque aos órgãos setoriais. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais tabelas desta publicação pois este último corresponde aos valores efetivamente sacados da Conta Única por meio da emissão de OB´s.

Tabela 8.1. Dívida Líquida do Tesouro Nacional - Brasil - Mensal
R$ Milhões

Discriminação	2014	2015		Variação (%)	
	Janeiro	Dezembro	Janeiro	Jan/15 Dez/14	Jan/15 Jan/14
1. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	**863.776,7**	**1.053.432,8**	**1.111.346,6**	**5,5%**	**28,7%**
Dívida Interna	**2.884.649,7**	**3.280.510,3**	**3.179.851,2**	**-3,1%**	**10,2%**
DPMFi em Poder do Público [1/]	***1.950.036,6***	***2.183.611,0***	***2.137.948,2***	***-2,1%***	***9,6%***
LFT	405.303,0	418.587,2	435.732,3	4,1%	7,5%
LTN	586.800,3	686.033,3	616.444,1	-10,1%	5,1%
NTN-B	662.085,5	713.685,6	729.028,0	2,1%	10,1%
NTN-C	68.001,7	72.049,7	70.871,1	-1,6%	4,2%
NTN-F	191.409,3	254.758,0	247.227,7	-3,0%	29,2%
Dívida Securitizada	7.534,4	7.054,1	6.944,1	-1,6%	-7,8%
Demais Títulos em Poder do Público	28.902,5	31.443,2	31.701,0	0,8%	9,7%
DPMFi em Poder do Banco Central	***957.955,8***	***1.117.440,2***	***1.066.053,6***	***-4,6%***	***11,3%***
LFT	316.628,2	406.237,2	168.437,8	-58,5%	-46,8%
LTN	189.291,6	166.878,0	366.585,7	119,7%	93,7%
Demais Títulos na Carteira do BCB	452.036,0	544.325,0	531.030,0	-2,4%	17,5%
(-) Aplicações em Títulos Públicos	***-27.477,9***	***-29.402,7***	***-32.929,3***	***12,0%***	***19,8%***
Demais Obrigações Internas	***4.135,2***	***8.861,7***	***8.778,7***	***-0,9%***	***112,3%***
Haveres Internos	**2.020.873,0**	**2.227.077,5**	**2.068.504,7**	**-7,1%**	**2,4%**
Disponibilidades Internas	***554.622,1***	***616.946,1***	***462.067,7***	***-25,1%***	***-16,7%***
Haveres junto aos Governos Regionais	***526.463,9***	***536.689,3***	***538.313,0***	***0,3%***	***2,3%***
Bônus Renegociados	5.374,9	5.225,1	5.198,7	-0,5%	-3,3%
Haveres Originários do Proef (MP 2.196/01)	1.332,9	1.190,5	1.665,8	39,9%	25,0%
Cessão de Créditos Bacen (MP 2.179/01)	12.606,1	12.707,4	12.704,9	0,0%	0,8%
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 7.976/89)	0,0	0,0	0,0	-	-
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 8.727/93)	14.710,6	12.813,4	12.749,9	-0,5%	-13,3%
Renegociação de Dívidas Estaduais (Lei 9.496/97)	412.977,1	422.387,4	423.469,2	0,3%	2,5%
Renegociação de Dívidas Municipais (MP 2.185/01)	71.144,9	75.087,3	75.406,8	0,4%	6,0%
Antecipação de Royalties	6.274,1	5.250,2	5.089,1	-3,1%	-18,9%
Demais Haveres junto aos Governos Regionais	2.043,4	2.027,9	2.028,4	0,0%	-0,7%
Haveres da Administração Indireta	***339.388,4***	***387.236,3***	***379.532,9***	***-2,0%***	***11,8%***
Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)	184.239,6	202.481,1	194.261,2	-4,1%	5,4%
Fundos Constitucionais Regionais	83.977,4	92.800,9	93.869,9	1,2%	11,8%
Fundos Diversos	71.171,5	91.954,3	91.401,9	-0,6%	28,4%
Haveres Administrados pela STN	***600.398,6***	***686.205,8***	***688.591,1***	***0,3%***	***14,7%***
Haveres de Órgãos, Entidades e Empresas Extintas	5.799,6	5.825,8	5.830,3	0,1%	0,5%
Haveres de Operações Estruturadas	69.850,9	72.318,6	72.200,4	-0,2%	3,4%
Haveres Originários de Privatizações	9.455,2	0,0	0,0	-	-100,0%
Haveres de Legislação Específica	489.915,3	583.071,3	585.378,4	0,4%	19,5%
Demais Haveres Administrados pela STN	25.377,6	24.990,1	25.181,9	0,8%	-0,8%
2. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	**95.839,2**	**111.804,8**	**109.801,1**	**-1,8%**	**14,6%**
Dívida Externa	**96.265,9**	**112.287,1**	**109.934,3**	**-2,1%**	**14,2%**
Dívida Mobiliária	***86.160,4***	***102.550,6***	***100.237,3***	***-2,3%***	***16,3%***
Euro	2.836,3	6.048,0	5.666,0	-6,3%	99,8%
Global US$	70.037,0	82.637,8	81.287,1	-1,6%	16,1%
Global BRL	13.287,1	13.864,8	13.284,2	-4,2%	0,0%
Demais Títulos Externos	0,0	0,0	0,0	-	-
Dívida Contratual	***10.105,5***	***9.736,5***	***9.697,1***	***-0,4%***	***-4,0%***
Organismos Multilaterais	3.128,8	3.531,7	3.495,8	-1,0%	11,7%
Credores Privados e Ag. Governamentais	6.976,6	6.204,8	6.201,3	-0,1%	-11,1%
Haveres Externos	**426,7**	**482,3**	**133,2**	**-72,4%**	**-68,8%**
Disp. de Fundos, Autarquias e Fundações	***426,7***	***482,3***	***133,2***	***-72,4%***	***-68,8%***
3. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (1+2)	**959.615,9**	**1.165.237,6**	**1.221.147,7**	**4,8%**	**27,3%**
4. DIVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB [2/]	**19,7%**	**22,7%**	**23,7%**	**4,3%**	**20,4%**

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

2/ PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

Boletim
FPM / FPE / IPI - Exportação

Em janeiro de 2015 os repasses aos Fundos de Participação de que trata o art. 159 da Constituição Federal do Brasil apresentaram decréscimo de -13,61% quando comparados aos repasses efetuados no mês anterior.

As transferências a título de FPM/FPE atingiram o montante de R$ 12.722 milhões, ante R$ 14.727 milhões no mês anterior, já descontada a parcela do FUNDEB.

As informações relativas às transferências constitucionais estão disponíveis para consulta no portal da Secretaria do Tesouro Nacional – STN (http://www.tesouro.fazenda.gov.br/transferencias-constitucionais-e-legais).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet (www.bb.com.br) os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas dos Fundos de Participação com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, acesse: > Governo (Estadual ou Municipal) > Gestão > Gestão de Recursos > Repasses de recursos.

Em janeiro , as transferências a título de FPM e FPE atingiram R$ 12,7 bilhões , já descontada a parcela do FUNDEB.

Distribuição do FPM/FPE

R$ Milhões

Origens	2014			2015			Variação Nominal		
	Dezembro/13	Janeiro	Até Janeiro	Dezembro/14	Janeiro	Até Janeiro	Jan/15 Dez/14	Jan/15 Jan/14	Até Jan/15 Jan/14
FPM	8.446	6.396	6.396	9.178	6.506	6.506	-29,12%	1,72%	1,72%
FPE	5.113	6.111	6.111	5.549	6.216	6.216	12,02%	1,72%	1,72%
IPI - Exp	366	334	334	377	485	485	28,68%	45,39%	45,39%

Obs[1].: Valores já deduzidos da retenção para o FUNDEB (-20%).
Obs[2].: Valores de janeiro/2015 incluem a Classificação por Estimativa.
Obs[3].:Na variação do FPM de janeiro sobre o mês anterior foi considerado para o mês de dezembro o repasse ordinário somado ao 1% anual (EC55/2007).

Previsto X Realizado

MÊS	FPE		FPM		IPI-EXP	
	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado
Janeiro	-10,4%	12,02%	-10,4%	12,02%	2,6%	28,68%

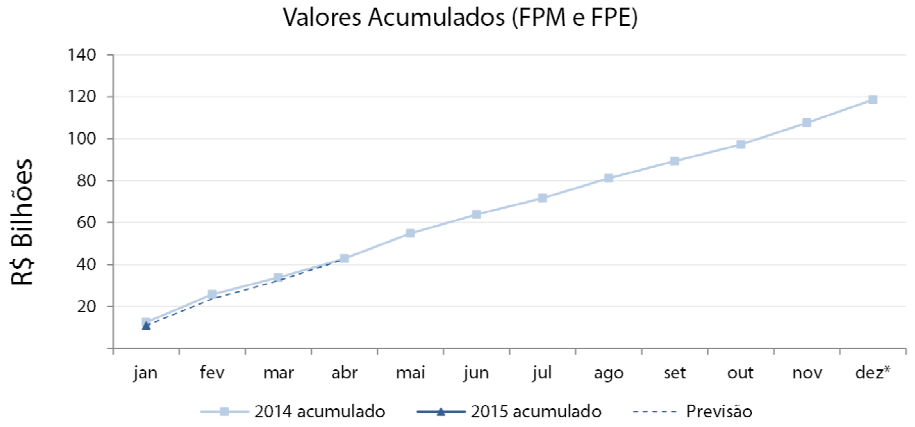
Obs[1].: Os percentuais de FPM Estimado e Realizado não consideram o repasse relativo ao FPM 1%.
Obs[2].: Valores realizados incluem a receita de Classificação por Estimativa.

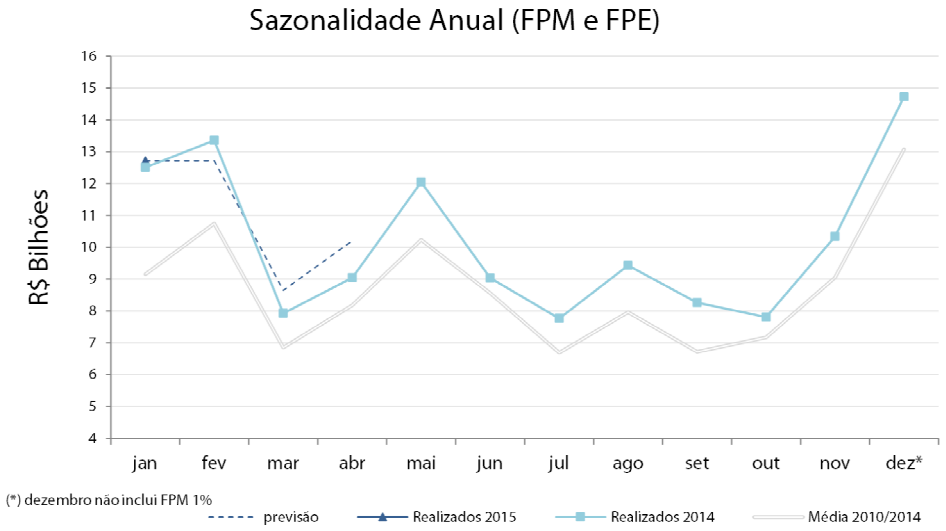
Estimativa Trimestral

FUNDOS	Fevereiro[1]	Março	Abril
FPM	0,0%	-32,0%	18,0%
FPE	0,0%	-32,0%	18,0%
IPI - EXP	-30,9%	7,0%	14,0%

Obs[1].: A variação para fevereiro leva em consideração os depósitos de Classificação por Estimativa realizados em janeiro de 2015.

Gráficos





Demonstração da Base de Cálculo

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e do Imposto de Renda - IR no período de 21/12/2014 a 20/01/2015, conforme demonstrativo abaixo:

R$ Milhões

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida			Data do Crédito	Transferências			
	IPI	IR	IPI + IR		FPE	FPM	IPI-EXP	TOTAL
DEZ/3º DEC	3.447,1	13.732,5	17.179,6	JAN/1º DEC	2.954,9	3.092,3	275,8	6.323,0
JAN/1º DEC	2.049,7	3.957,2	6.006,9	JAN/2ª DEC	1.033,2	1.081,2	164,0	2.278,4
JAN/2ª DEC	571,5	12.384,2	12.955,7	JAN/3º DEC	2.228,4	2.332,0	45,7	4.606,1
TOTAL	6.068,3	30.073,9	36.142,2	**TOTAL**	6.216,5	6.505,6	485,5	13.207,5

Observações:

- Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta – Restituições – Incentivos Fiscais;
- Na arrecadação do IR e do IPI estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e recebimentos de dívida ativa);
- Nas transferências regulares foram deduzidos 20% referentes à retenção para o FUNDEB;
- Ocorrência de Classificação por Estimativa. Não ocorrência de Depósitos Judiciais.

Distribuição de Fundos

R$ Mil

ESTADOS	UF	FPM	FPE	IPI-EXP
Acre	AC	34.563	212.665	18
Alagoas	AL	154.807	258.611	274
Amazonas	AM	99.661	173.464	3.719
Amapá	AP	25.407	212.106	1.045
Bahia	BA	605.592	584.111	25.995
Ceará	CE	322.614	456.096	4.623
Distrito Federal	DF	10.989	42.906	717
Espírito Santo	ES	112.627	93.247	26.646
Goiás	GO	238.426	176.740	10.873
Maranhão	MA	269.915	448.717	3.779
Minas Gerais	MG	852.478	276.912	67.646
Mato Grosso do Sul	MS	96.559	82.803	9.011
Mato Grosso	MT	118.621	143.470	7.581
Pará	PA	232.974	379.950	29.631
Paraíba	PB	210.099	297.700	496
Pernambuco	PE	319.698	428.948	7.002
Piauí	PI	172.411	268.638	108
Paraná	PR	439.296	179.233	37.398
Rio de Janeiro	RJ	191.268	94.969	71.032
Rio Grande do Norte	RN	160.945	259.718	381
Rondônia	RO	55.141	175.031	1.690
Roraima	RR	32.256	154.212	11
Rio Grande do Sul	RS	439.910	146.385	52.147
Santa Catarina	SC	253.736	79.558	25.839
Sergipe	SE	96.995	258.313	158
São Paulo	SP	866.234	62.165	97.093
Tocantins	TO	92.375	269.794	555
TOTAL		**6.505.600**	**6.216.462**	**485.466**

Observação: valores já deduzidos da retenção para o FUNDEB (-20%).

No Diário Oficial da União do dia 3 de dezembro de 2013, foi publicada a Portaria STN nº 667, de 2 de dezembro de 2013, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2014, disponível no endereço:

https://www.tesouro.fazenda.gov.br/transferencias-constitucionais-e-legais

Coordenação-Geral de Análise e Informações das Transferências Financeiras Inter-governamentais - COINT

Fone: (61) 3413-3051 Fax: (61) 3413-1519

Email: coint.df.stn@fazenda.gov.br ou transferencias.stn@fazenda.gov.br